



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

síntese

1. Em seu pronunciamento de fim de ano à Nação, o Presidente Geisel fala das preocupações básicas de seu Governo, em 1974, e das medidas tomadas para reajustar o País à nova realidade internacional. Ressalta, no plano nacional, o persistente combate à inflação, o resultado das eleições de 15 de novembro e o fortalecimento dos vários setores econômicos, decorrente da tranquilidade, ordem e estabilidade política do Brasil. No campo da política externa, atuou o Governo com liberdade de ação, imprimindo às suas atividades diplomáticas um dinamismo crescente; desfazendo equívocos subjacentes, no relacionamento com diversos países amigos; e ampliando o intercâmbio comercial, cultural e político. **pág. 5**

2. No banquete que lhe foi oferecido pela Associação Comercial de São Paulo e pelas Câmaras de Comércio Estrangeiras, o Ministro de Estado expõe os resultados obtidos pela diplomacia brasileira no plano das relações comerciais. Reconhece ser o mundo interdependente e acha impossível "isolar os fenômenos econômicos dentro das fronteiras nacionais". Fala da crise por que passa no momento a economia internacional, e expressa otimismo, ao afirmar que o Brasil dispõe de condições melhores do que qualquer país para superá-la. O comércio, diz Azeredo da Silveira, é "o primeiro vetor de ecumenismo nas relações entre os grupos sociais". **pág. 13**

3. Em Quito, na XV Reunião de Consulta dos Chanceleres dos Países-Membros do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, convocada para examinar a conveniência da revogação da Resolução I da IX Reunião de Consulta — levantamento de sanções a Cuba —, Azeredo da Silveira, em sua declaração de voto, afirma ser o princípio da não-intervenção "fundamental ao revigoramento do sistema interamericano". Justifica a posição assumida pelo Brasil, que não vê outra alternativa, "à luz das circunstâncias atuais". **pág. 25**

4. Expressando prazer em visitar a África Ocidental, o Ministro Azeredo da Silveira diz em Dacar que cruzou

o Atlântico a fim de prestar ao povo e ao Governo do Senegal o tributo da admiração, da amizade e da fraternidade brasileiras. Identifica no tipo de colaboração que se desenvolve entre o Brasil e as jovens Nações africanas uma forma de renovação e progresso para os países em desenvolvimento. Apoio aos princípios de soberania e igualdade entre Estados; direito à autodeterminação dos povos; adesão à independência e ao desenvolvimento econômico; repulsa ao colonialismo e à discriminação racial são temas dos pronunciamentos em Dacar. **pág. 31**

5. No Palácio das Necessidades em Lisboa, durante o banquete que lhe foi oferecido, o Chanceler Azeredo da Silveira recorda a amizade luso-brasileira e os laços tradicionais que unem os dois povos. Ressalta a capacidade renovadora do Brasil e a transformação por que passa Portugal. Expõe os rumos de nossa atual política externa, fundada nos princípios da autodeterminação e da não-intervenção e diz da alegria do Governo e do povo brasileiros, pela maneira como Portugal vem encarando o problema da descolonização na África. **pág. 45**

6. Por ocasião do II Encontro Nacional dos Exportadores, no Rio de Janeiro, o Ministro Paulo Tarso, Chefe do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, falando às classes exportadoras, diz que, "elemento de vanguarda" do "esforço integrado entre o Governo e empresários", o Ministério das Relações Exteriores procura ampliar e aperfeiçoar suas atividades de promoção comercial. Define a posição do agente governamental, no âmbito do comércio exterior, como porta-voz dos interesses comerciais de exportadores brasileiros. Afirma que o Itamaraty não visa substituir-se aos empresários nas atividades que lhes cabem essencialmente, mas apenas "abrir caminhos, indicar rumos e despertar interesses em exportadores potenciais, apoiando, quando for o caso, atividades concretas de comercialização". **pág. 51**

Pronunciamento do Presidente Ernesto Geisel,
através de uma cadeia
nacional de rádio
e televisão,
em 30 de dezembro de 1974

geisel fala à nação

Brasileiros,

Ao findar-se o ano de 1974, em meio à tradicional e auspiciosa quadra natalina, não poderia deixar de me dirigir a todos os brasileiros, com uma mensagem cálida de gratidão e de esperança — gratidão, pelo espírito de compreensão resignada e ação construtiva com que enfrentaram as inegáveis agruras deste ano, difícil para o mundo todo; e esperança bem fundamentada, em que, vencidos já os problemas mais graves e reajustadas as distorções mais perigosas, 1975 marcará nova etapa promissora no rumo ascendente do País a seus altos destinos.

Com nove meses, apenas, de Governo, não cabe fazer aqui uma prestação de contas, antecipando a que, por prescrição legal, me cumpre apresentar, ao Corpo Legislativo, no início de março próximo.

Oferecerei, tão-somente, à meditação dos brasileiros que me ouvem, no sagrado recesso de seus lares, uma interpretação, a largos traços, do que foi o esforço até agora despendido pelo Quarto Governo da Revolução, no cumprimento da dignificante missão que lhe foi deferida.

disrupção do sistema monetário mundial

Desde meados de 1973, já se prenunciavam desanimadoras perspectivas para a conjuntura mundial, em todos os quadrantes do globo. Acentuava-se, dia a dia, a disrupção do sistema monetário internacional, sem que se lhe vislumbresse so-

lução adequada e eficaz, alcançando-se unanimidade, apenas, numa perplexidade geral, quase de todo paralisante. Os preços de matérias-primas e outros insumos essenciais e, sobretudo, os do petróleo e seus inúmeros derivados começaram a disparar, jogando para o alto as curvas de custo dos produtos intermediários e finais. Seguiu-se a crescente falta de liquidez no mercado internacional de capitais, asfixiando novos investimentos projetados e retardando os cronogramas de muitas unidades de produção, em vias de implantação. O comércio entre nações desativou-se celeremente, tolhido ademais por insólitos obstáculos artificiais de uma nova onda protecionista praticada até pelas nações de tradição mais liberal, todas às voltas com angustiantes problemas em seus deficitários balanços de pagamentos. A inflação — em recrudescimento — desafiando a engenhosidade dos economistas, acoplou-se à recessão econômica e ao espectro do desemprego contagiante, para compor esse fenômeno singular e quase paradoxal de generalizada estagnação com inflação. Tudo isso e mais as tensões sociais que se acumularam em consequência, num clima já de si propício aos surtos de violência irresponsável que se propagaram pelas mais diversas regiões, desdobraram-se numa crise de confiança no futuro, a qual chegou a abalar a própria estrutura de nações mais estáveis, pela descrença na sabedoria e honestidade de propósitos de seus governantes, quando não no seu próprio sistema de Governo, antes reputado modelar.

reajustamento brasileiro à realidade internacional

Enquanto isso, o Brasil, por longos meses, se mantinha imune às pressões de toda ordem que lhe advinham de fora, através tanto das trocas comerciais como dos contactos políticos e sociais, e progredia a taxas excepcionais de crescimento econômico, escudado num otimismo sem dúvida sadio e na crença inabalável no futuro desta Nação que despertava para seu destino de grande potência.

Ante o reconhecido agravamento da conjuntura, entendeu o meu Governo — e foi decisão muito meditada e conscientemente amadurecida nos prolongados estudos de situação a que procedeu — que se impunha, desde logo, dar ao País um salutar tratamento, no sentido de reajustá-lo com a realidade internacional. Por mais doloroso que viesse a ser, isso seria preferível a que se mantivesse superaquecida nossa economia, a qual, mais dia, menos dia, teria de adaptar-se, e tanto mais brusca e depressiva, quanto mais tardiamente, às realidades de uma conjuntura mundial em rápida deterioração, segundo dimensões imprevisíveis. Contou-se, para tanto, com as virtudes inatas do Povo brasileiro, compreensivo, tranqüilo e bom, capaz de resistir rudes golpes e suportar sacrifícios prolongados, com galhardia e ânimo forte. E não nos enganamos.

combate à inflação

De fato, os seis primeiros meses deste Governo tiveram, como tônica, o combate persistente e decidido a uma inflação que, de março para abril, fez o índice geral de preços ultrapassar o crescimento alarmante de 5%. À inflação própria, gerada no País, somou-se, inevitavelmente, larga dose de inflação importada através dos preços assustadoramente crescentes de produtos adquiridos no exterior — necessários, entretanto, não só a investimentos inadiáveis, mas principalmente ao próprio dinamismo de nosso parque industrial, ameaçado de grande ociosidade e, até mesmo, ao consumo direto de bens insubstituíveis.

Já por volta de setembro, a inflação, ainda da ordem de 1,7% ao mês, tornou-se tolerável e, o que mais importa, desde então, está sob um suficiente grau de controle que permite mantê-la mais ou menos estabilizada. Assim, chegamos a dezembro com um índice inferior a 34% ao ano. Se considerarmos que nos Estados Unidos da

América e na Europa (exceção feita da Alemanha), as taxas anuais de inflação, dependendo do país e do tipo de indicador adotado, situar-se-ão entre 15 e 25% e que no Japão se elevarão a 30 ou 35%, concluiremos que atingimos posição bastante satisfatória, principalmente porque o mecanismo compensatório da correção monetária assegura, entre nós, elevada capacidade de absorção, pela economia, de índices bem mais elevados de inflação do que nos demais países. Tanto assim que, convivendo com aquele elevado nível de inflação, conseguimos expandir nosso Produto Interno Bruto, em 1974, à taxa de cerca de 10%, enquanto países do mundo desenvolvido apresentam índices de crescimento irrisórios quando não se mantiveram estagnados e, na sua generalidade, com elevados contingentes de trabalhadores desempregados.

preocupações básicas do governo em sua primeira fase

Durante o semestre, primeira fase do meu Governo, a par desse persistente combate à inflação e a despeito de sucessivas preocupações de emergência com calamidades que assolaram o País do Norte ao Sul, inclusive graves surtos epidêmicos, cuidou-se principalmente: de sanear, com o mínimo de abalos mas com determinação, o mercado financeiro nacional; de rearticular o dispositivo governamental de tomada das decisões no mais alto nível; de reajustar a organização da administração pública com a eliminação de órgãos supérfluos ou redundantes e a criação, de real importância, do Ministério da Previdência e Assistência Social, desdobrado do Ministério do Trabalho; e de elaborar, como cumpria, em continuidade com o planejamento do Governo anterior, o II Plano Nacional de Desenvolvimento, o orçamento plurianual e o de 1975, documentos submetidos ao Congresso Nacional que houve por bem aprová-los com a necessária presteza e valiosa colaboração, a despeito de tratar-se de um ano eleitoral e, por isso, tão absorvente em atividades políticas partidárias.

sistema colegiado de assessoramento

Registre-se, nesse quadro, a preocupação fundamental que teve o Governo de implantar um sistema amplificado de natureza colegiada, para o assessoramento do Presidente da República, na

tomada de suas decisões principais. Assim, além do Conselho de Ministros e do Conselho de Segurança Nacional e do Alto-Comando das Forças Armadas, já existentes, criaram-se dois outros órgãos setoriais de alto nível — o Conselho de Desenvolvimento Econômico e o Conselho de Desenvolvimento Social — além do funcionamento informal e tentativo de um Conselho para o desenvolvimento político que espero possa vir, nos próximos anos, a assumir papel igualmente relevante.

A respeito, não parece demasiado salientar que essa reorganização traduz uma filosofia para tomada de decisões governamentais que talvez ainda não tenha sido bem entendida e apreciada. É que tais Conselhos, órgãos criados para o livre debate dos problemas setoriais que interessam a vários Ministérios afins, asseguram um processo de discussão inteiramente arejada, a devida consideração dos diversos ângulos sob os quais cada problema exige análise e avaliação, maior amplitude e integração mais perfeita, portanto, das soluções adotadas pelo Chefe responsável e, ainda mais fácil coordenação das atividades atribuídas, em consequência, a cada Ministério interessado, já na fase executória. Daí, serem até mesmo estimuladas as divergências de opinião entre os participantes, o que tem contribuído na prática, quando estas extravasam, prematuramente, ao conhecimento público, para uma imagem falsa de descoordenação, quando, na realidade, o que se impõe é que haja disciplina e unidade de pensamento e de ação, mas somente depois de bem assentada uma decisão final. Sem dúvida, o processo poderá ser demorado, mas por outro lado, ganha em segurança e confiabilidade, a coberto de posteriores modificações substanciais ou recuos das decisões anunciadas. Ao mesmo tempo, abre-se maior número de canais de comunicação entre o centro de decisões e a periferia, os quais poderão ser aproveitados pelas partes interessadas para que apresentem pontos-de-vista e sugestões, uma vez que problemas de maior amplitude, submetidos a qualquer um dos Ministérios participantes, acabarão por atingir a mesa colegiada de debates.

reforma do poder judiciário

Preocupação importante do Governo tem sido a de obter melhor administração da justiça no País. Com essa finalidade, a Presidência do Supremo Tribunal Federal, atendendo solicitação que lhe

fiz, promoveu exaustivo levantamento — verdadeiro diagnóstico — da atual situação do Poder Judiciário e que servirá de base para a reforma que se impõe.

relacionamento harmonioso com o congresso nacional

O Poder Executivo cuidou também, desde a primeira hora, de assegurar um harmonioso relacionamento com a classe política e, em particular, com os representantes do povo no Congresso Nacional. E isso, a despeito da atuação que dele exigia, sobretudo na primeira fase de exercício do Poder, a preocupante conjuntura econômico-financeira, tanto no âmbito interno como no amplo panorama internacional, tão pleno de obstáculos, restrições e de novas e ameaçadoras turbulências.

política externa: dinamismo acrescido

Quanto a este último campo — o internacional — pôde o Governo atuar com a maior liberdade de ação, imprimindo à política externa do País, desde os primeiros dias, um dinamismo acrescido, para reajustamentos impostergáveis, em nosso relacionamento com variadas áreas estratégicas. E buscou-se, sobretudo, desde logo, desfazer equívocos subjacentes no quadro de nossas relações com diversos países amigos e, ao mesmo passo, ampliar ao máximo o leque de alternativas para o nosso comércio internacional e para o intercâmbio cultural e político com outros povos, segundo fórmula que acabaria por ser caracterizada como a de um "pragmatismo responsável e ecumênico". O Brasil assim continuou, conscientemente e cada vez mais, a exercer o papel que lhe cabe no contexto mundial, sem preconceitos descabidos e sem temores injustificados, na defesa de seus próprios interesses e da paz internacional.

tônica das atividades do governo em sua segunda fase

Entrementes, chegou afinal a desejada segunda fase em que se atingiu, no desgastante combate continuado à inflação, satisfatório platô de estabilização e de controle. Mudou-se, então, a tônica

das atividades governamentais para a de um maior e renovado impulso ao desenvolvimento econômico do País, injetando-se recursos substanciais para expansão do crédito em setores prioritários, relançando-se programas de investimentos maciços nas áreas das indústrias de base e da infra-estrutura, promovendo-se a correção de velhas distorções em todo o sistema de transportes, reestimulando-se o mecanismo de substituição de importações em níveis mais exigentes da produção de bens de capital e da elaboração de matérias-primas de base e, além disso, aumentando-se, muito deliberadamente, o poder da demanda efetiva de bens e de serviços num mercado interno comprimido pelos salários e vencimentos ainda excessivamente baixos, em valores reais, da grande maioria da população consumidora. Para isto, reduziram-se os encargos individuais do sistema nacional da habitação.

ajustamento do sistema tributário

A par disso, buscou-se ajustar o sistema tributário a padrões mais eqüitativos de progressividade fiscal. E atenção muito especial passou a ser consagrada, em particular, ao quadro, já então crítico, do nosso balanço de pagamentos, restringindo-se ao máximo a pauta das importações, com bloqueio à entrada de bens suntuários ou de produtos quaisquer que encontrem sucedâneo no mercado produtor do País, e aumentando-se a agressividade na colocação, no exterior, de nossos produtos, com o que conseguimos elevar o valor das exportações, em 1974, de cerca de 25% sobre a marca atingida no ano anterior.

II pnd — educação, saneamento, transporte, habitação popular

Procedeu-se, dessa forma, completando a execução do I PND, a uma etapa de transição para a implantação, a partir de 1975, do II Plano, no qual vem claramente enunciada e traduzida, com apoio em recursos que montam a 760 bilhões de cruzeiros, a preocupação dominante quanto ao desenvolvimento social — educação do povo, saneamento básico, saúde pública, transporte de massas nas grandes metrópoles, habitação popular — e, ao mesmo tempo, quanto à mobilização efetiva do enorme potencial do mercado brasileiro, para colocar-nos a coberto de perigosas flutuações bruscas ou deterioração mais continuada no fluxo do comércio internacional.

trabalho, previdência social, atividades agropecuárias

Objetivou-se, de outro lado, através do II PND, dar continuidade às iniciativas já examinadas pelo Conselho de Desenvolvimento Social nas áreas do trabalho e da previdência e assistência social, em particular à mulher e à criança, de proteção mais atenta e eficaz ao trabalhador das cidades e do campo, contra os perigos dos acidentes, da doença, do desemprego, da velhice, da falta de teto, da miséria econômica e orgânica; delineou-se uma nova política de desenvolvimento das atividades agropecuárias na vasta hinterlândia do Brasil, ainda tão abandonada, inclusive intensificando-se sobremaneira o processo de regularização fundiária. E desencadearam-se planos objetivos e integrados para o desenvolvimento de áreas-problemas e zonas marginalizadas, com vistas principalmente à redução das disparidades regionais que, apesar de continuados esforços através de anos, ainda persistem a desafiar a capacidade dos governantes, a traumatizar a consciência nacional e a macular a imagem do País no exterior.

ordem e liberdade nas eleições de 15 de novembro. participação da juventude

Nesse quadro, realizaram-se a 15 de novembro as eleições de senadores, deputados federais e estaduais, num ambiente de perfeita ordem e ampla liberdade.

Registro, por oportuno, o reconhecimento geral, partido até mesmo de grupos antes dos mais contestadores, de que o Governo assegurou condições para a realização prévia da propaganda eleitoral, sem coações ou restrições, a não ser as interferências legais da Justiça para refrear injustificados desmandos, e, também, garantiu o maior respeito à decisão de cada cidadão no recesso da cabine eleitoral, ao escolher seus candidatos, liberto da influência corruptora do poderio econômico e das pressões arbitrárias do autoritarismo. É certo que abusos deverão ter ocorrido ainda, aqui e acolá, mas a legislação visando a coibi-los demonstrou-se experiência válida que importa aperfeiçoar e, se necessário, ampliar, arrimando-a em organização mais eficiente.

Maior é, no entanto, a satisfação que colho desta importante prova a que se submeteram o Governo da Revolução, os Partidos e o Povo em geral,

ao ver que este acreditou nas intenções proclamadas e na palavra de seu Presidente, votando sem o medo que abastarda o voto, nem o ódio que o rebaixa a níveis mesquinhos de irracionalidade.

Congratulo-me, portanto, com o Povo que maciçamente ocorreu às urnas, demonstrando sua fé nos valores democráticos, mediante um comparecimento da ordem de oitenta por cento, justamente quando falece crença semelhante nas maiores e mais bem estruturadas democracias do mundo, assaltadas pela apatia e indiferentes a seus próprios destinos políticos. A nossa Revolução não poderia dar desmentido mais cabal — que o representado por essa afluência às urnas — a todos os detratores, daqui e de além-mar, que exprobam e distorcem a imagem desta nossa árdua e autêntica tarefa de revitalização dos mais profundos anseios democráticos que nos inspiram e impulsionam, através de acertos e, sem dúvida, de erros também, numa escalada penosa, mas incessante, a níveis cada vez mais elevados de desenvolvimento econômico, social e político.

E cabe, em particular, congratular-me vivamente com a grande maioria de jovens, participando muitos pela primeira vez, com entusiasmo, da mobilização eleitoral que se processou em curto período de poucos meses, e assim, fazendo o indispensável aprendizado para as responsabilidades que, em futuro próximo, lhes serão necessariamente delegadas na vida pública nacional.

substancial avanço do mdb. responsabilidades

Ressentimentos — e não há razões para cultivá-los — não me tolhem, nem sinto simples constrangimento — que até seria compreensível — ao registrar que o Movimento Democrático Brasileiro, partido da Oposição, alcançou substancial avanço na autenticidade de sua acrescida expressão política. Tanto mais porque soube fazê-lo com comedimento e autodisciplinando-se, no abandono de uma inepta e já superada postura contestatória e voltado agora, como antevejo, para um futuro de maior responsabilidade compartilhada, na tarefa de construção perene da grande Nação que nosso Povo merece — livre, poderosa, dinâmica e rica, praticando civismo democrático, na plenitude da justiça social.

arena. lições do pleito

Congratulações merecem por igual, sem dúvida, todos aqueles que na Aliança Renovadora Nacional, partido do Governo, se esforçaram, leal e sinceramente, para que a organização partidária que integram em funções de maior ou menor hierarquia, tivesse êxito nas eleições. A eles se deve, em grande parte — vale reconhecê-lo — que a ARENA, além de manter a maioria superior a dois terços que as regras do pleito, desde o início, já quase lhe asseguravam no Senado, conquistou maioria absoluta na votação proporcional da Câmara dos Deputados — a verdadeira votação de legenda — sobrepondo-se ao partido contrário, ademais, na contagem total dos votos. O inegável progresso obtido pelo MDB, sobretudo com a maioria atingida em cinco Assembléias Legislativas — três das quais correspondendo a Estados que estão entre aqueles de mais numerosos colégios eleitorais — não lhes deve causar, aos arenistas, desânimo maior. Na verdade, é essa vitória do partido contrário que legitima, sem discussão, a maioria da ARENA, como partido do Governo, nas Assembléias de 16 Estados da Federação e, notadamente, no Congresso Nacional. O episódio servir-lhes-á, sem dúvida, de estímulo à indispensável reestruturação da agremiação, a partir de suas bases; à renovação e ao rejuvenescimento de seus quadros; à coesão maior em torno do programa do Governo que bem merece ser lido e meditado, olhos postos no porvir melhor que deve ser a meta suprema de todos os nossos esforços — conscientes como estamos das dificuldades da hora presente, neste grande e promissor País que, contudo, não se pode manter a salvo das inopinadas tempestades que, lá fora, abalam as mais sólidas estruturas econômicas e políticas.

inviabilidade do partido único

Acresce mencionar, para melhor entendimento da realidade dos fatos, que a ARENA aparentemente se beneficiou — e talvez mais correto seria dizer que se desgastou — com o largo período de confortável, mas emoliente posição majoritária. As consequências estão agora à vista. Sirva isso de alerta, sobretudo aos poucos que sonham ou possam sonhar com a estrutura antidemocrática, supostamente monolítica, do partido único. Este é inviável em qualquer ambiente, a não ser pela coação, ostensiva ou disfarçada, que impeça ou

contenha a inevitável luta de facções. Na ARENA, partido que se comportou como partido único, sem que na realidade o fosse, as dissensões internas sobrepor-se-iam aos objetivos maiores do conjunto, ensejando afirmações mais positivas do partido contrário. Que este contacto inesperado com a realidade lhes sirva, aos homens do partido, e sirva também ao Governo, como sirva à própria oposição, inegavelmente surpreendida que foi, por igual, com os resultados alcançados, para meditação e análise fria e objetiva dessa mesma realidade dinâmica do universo social e político do Brasil de hoje. Ela deve ser, efetivamente, fonte de inspiração genuína, e única moldura autêntica para nossos esforços, se é que desejamos conscientemente fazer desta Nação um paradigma da democracia em que todos nós cremos e que de fato almejamos.

Que o partido único é uma contrafação, creio estar evidenciado, com clareza meridiana. E, pois, nem vejo por que levantar bandeiras de união nacional, se é certo que unicamente através do jogo democrático leal entre os partidos pode a própria democracia brotar e vicejar e fortalecer-se. Nem está o Brasil ante perigos graves à sua segurança efetiva ou à viabilidade do projeto nacional de desenvolvimento, para que se deva, em sã razão, recorrer a tal expediente de salvação, justificável apenas em casos como esses.

vantagens do bipartidarismo

Por outro lado, vale deduzir-se da lição da Ciência Política que aí está à vista de todas que tenham olhos de ver, mesmo dos mais descrentes, que o bipartidarismo é também viável neste País como em tantos outros, embora tenha surgido com organizações artificiais na origem, criadas ao calor de crises profundas e sem raízes em passado mais remoto. O teste irrefutável destas eleições em que houve abstenção mínima e parcela reduzida de votos em branco num eleitorado de algumas dezenas de milhões, disperso por imensa base física ainda de todo não entrecortada de estradas, mostrou que os dois partidos existentes, apesar de todos os pesares, puderam servir afinal de desagudouro por onde se canalizaram as múltiplas aspirações e os mais variados protestos de uma população extremamente diversificada e esparsa. Um terceiro, um quarto partido — para não falar na comprovada atomização resultante de um espectro mais amplo — poderiam debilitar os partidos que temos, desca-

racterizando-os ainda mais e tolhendo-lhes, talvez, quase do nascedouro ainda, reais perspectivas que ora se lhes oferecem de se afirmarem e legitimarem.

Certo estou de que não devemos açodá-los, reeditando experiências dantes frustradas. O que se impõe, ao contrário, é ter fé, é ter confiança em que a estrutura atual pode ser melhorada e atingir, ao cabo, patamar satisfatório de operacionalidade, num quadro genuinamente democrático.

Para isso, precisamos admitir, conscientemente, que o sistema a que aderimos só virá demonstrar suas reais e superiores potencialidades se tivermos persistência coerente em sua implementação e no seu paulatino e constante aperfeiçoamento.

governo, garante das franquias democráticas

Nesse sistema não há lugar, nem deverá haver, para irresponsáveis atitudes de pura contestação às próprias regras do jogo democrático. Valer-se das franquias democráticas para destruí-las na primeira oportunidade que se lhes apresente, é tática sedição, tantas vezes denunciada, mas nem por isso menos eficiente nas conjunturas a ela propícias, de apatia, de insegurança ou de medo quanto ao futuro, de que se têm valido sempre os eternos inimigos da democracia, para solapá-la aos poucos e, ao fim, liquidá-la.

Ao Governo cabe-lhe velar para que isso não ocorra. E, pois, os instrumentos de exceção que lhe foram deferidos à sua instauração, não os relegarei de forma alguma; antes estou disposto a acioná-los sempre, quando isso venha a impor-se para garantir a marcha que já empreendemos para o desenvolvimento político, eficaz e sadio, de nosso País.

Passado o prélio das urnas, eu vos concito, cidadãos de todos os quadrantes do território brasileiro, a redobrar esforços no trabalho do dia-a-dia. Prosseguiremos incansáveis na implementação efetiva do II Plano Nacional de Desenvolvimento, inspirados no princípio que, desde a primeira hora, assim defini: "O homem brasileiro, sem distinção de classe, raça ou região onde viva e trabalhe, é o objeto supremo de todo o planejamento nacional".

tranquilidade, ordem e estabilidade política

O ano de 1975 encontra-nos bem melhor aparelhados para enfrentar as dificuldades, de origem

sobretudo exterior, que ainda continuarão a nos assaltar. A inflação está controlada; as distorções mais sérias foram corrigidas. Não há desemprego. Prenunciam-se boas safras de Norte a Sul. A indústria continua em expansão. E tanto nesse setor, como na agropecuária e no comércio, a empresa privada conta com decidido e vigilante apoio do Governo. Novas e importantes reservas minerais — ferro, manganês, zinco, bauxita, caulim, linhito e, particularmente, fosfato — estão sendo descobertas, em larga escala, e, presentemente, em fase de avaliação, para que, em curto prazo, venham a ser exploradas. Excessos de importações, muitos deles de fundo especulativo, acumularam estoques vultosos de muitos produtos que, agora e necessariamente, terão de ser entregues ao consumo, aliviando substancialmente nossa balança comercial. O Brasil afirmou-se ainda mais, no confronto mundial, como um oásis de tranquilidade e de ordem, de estabilidade política e de generosas e multiformes oportunidades de investimento. Por isso e apesar da quase generalizada iliquidez internacional, continuará o afluxo de capitais, tanto de empréstimo, como de risco, graças também a novas alternativas que se entreabrem, cheias de potencialidade. A recente descoberta de promissoras jazidas de petróleo na plataforma nordestina e, principalmente, ao largo da costa de

Campos, no novo Estado do Rio de Janeiro, coroadando longo período de exaustivas pesquisas da Petrobrás, amplia-nos, desde logo, a credibilidade nos círculos financeiros internacionais. E o que é mais importante, abre-nos a perspectiva segura, daqui a poucos anos de trabalhos intensivos de avaliação e desenvolvimento, de ampliar expressivamente a produção nacional de petróleo, sendo possível admitir-se mesmo, que há perspectivas reais de que venhamos a alcançar, com essa produção, níveis de auto-suficiência no setor estratégico da energia, complementando as disponibilidades de recursos hidrelétricos, carboníferos e nucleares, todos objeto de amplos e acelerados programas de exploração.

O Brasil — hoje em busca ainda de seus altos destinos — será proximamente um País diferente, decolando, em segurança, para o plano das nações mais desenvolvidas.

Esse é o Brasil que estamos construindo com redobrados esforços e os áspersos sacrifícios de hoje e de amanhã. É dever nosso, dos mais justos e honrosos, fazê-lo, com ardor e com fé, para legar às gerações futuras uma Nação engrandecida. Congregados assim, por esse alevantado ideal, esperemos em Deus que 1975 seja um ano pleno de realizações e de felicidade para os que vivem nesta Pátria brasileira.

diplomacia e comércio: identidade de objetivos

Discurso pronunciado pelo Ministro
de Estado das Relações Exteriores, Antonio F.
Azeredo da Silveira, no banquete oferecido pela Associação
Comercial de São Paulo e pelas Câmaras de Comércio
Estrangeiras, em São Paulo, em 7 de outubro de 1974

Senhor Presidente da Associação Comercial de
São Paulo,

Senhor Superintendente do Conselho das Câmaras
de Comércio Estrangeiras de São Paulo,
Senhores Membros do Corpo Consular,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Agradeço vivamente à Associação Comercial e ao Conselho das Câmaras de Comércio Estrangeiras o convite para vir a São Paulo dialogar com seus diretores e associados. Agradeço, igualmente, esta homenagem que se me presta — homenagem que me sensibiliza deveras e que tomo como marco importante no relacionamento, cada vez mais intenso e profícuo, que se estabelece entre o Itamaraty e a comunidade empresarial, hoje aqui representada por brasileiros eminentes e, também, por cidadãos estrangeiros de relevante e de bem-vinda participação na vida econômica de nosso País e em seu comércio internacional. Agradeço-lhes, ainda, pela oportunidade de rever São Paulo, reencontrar e novamente admirar sua pujança, ganhar maior conhecimento e experiência do desenvolvimento brasileiro, no contacto com tantos que para ele têm contribuído e com os quais me sinto honrado em partilhar esta mesa hospitaleira.

Vem o Ministro das Relações Exteriores a São Paulo, principal centro econômico do País, para encontrar-se com homens de negócio. Nesta visita, neste encontro, no franco e cordial entendimento que proporcionam, há um significado que me empenho em assinalar.

atual política exterior brasileira

A ação diplomática brasileira está voltada para a projeção, no exterior, dos interesses nacionais, hierarquizados de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Governo e em função das circunstâncias peculiares a cada momento da vida do País. Se, no passado, os interesses prioritários foram os da consolidação da afirmação da soberania política, do traçado definitivo das fronteiras, pela obtenção do reconhecimento internacional aos direitos territoriais adquiridos — hoje, a diplomacia se orienta primordialmente para a também magna tarefa de apoiar o desenvolvimento econômico e social do País. A política exterior mantém, assim, sua tradição de estrita coerência com o que é essencial para a projeção do Brasil no campo externo: os interesses permanentes do País, os parâmetros culturais e éticos por que se guia a ação diplomática brasileira, e com a tradição do Itamaraty, que é, principalmente, a de saber renovar-se para atender às exigências de cada momento histórico. A importância de renovar-se é função não apenas dessa evolução forçosa, no tempo, dos interesses que cabe projetar no exterior. A diplomacia é atividade que se exerce em terreno onde a vontade própria não é a única, e fatores externos ao poder decisório de cada país estão necessariamente presentes. À medida que cresce o País, mudam a hierarquia e a grandeza das prioridades nacionais; transforma-se o cenário internacional em que estas devem ser afirmadas; e, em consequên-

cia, evolui o Itamaraty, ao qual cabe assistir o Presidente da República na formulação da política externa, assim como a principal competência em sua execução.

resultados positivos no plano das relações externas

É minha convicção — e não imodesta, pois repousada em méritos que não são próprios — que **a diplomacia brasileira alcançou sempre resultados altamente positivos em sua atuação, como instrumento dos interesses nacionais no plano das relações externas.** Os bons resultados do passado não se esterilizam, porém, em vaidades ou veleidades retrospectivas; pelo contrário, mostram o alcance de nossa responsabilidade e determinam o padrão de desempenho e eficiência, que é nossa obrigação para com o País manter e constantemente ajustar às novas feições que seus interesses adquirem. O Itamaraty vive e se aperfeiçoa nessa tradição de saber renovar-se a serviço do Brasil — a melhor de suas tradições, disse em meu discurso de posse na Pasta das Relações Exteriores. Se o diplomata algum dia envergou os “punhos de renda” da metáfora, não se diminuiu por isso: a moda e as necessidades do momento podem impor, em qualquer ramo de atividade, o uso de apetrechos desta ou daquela natureza, mas vale não esquecer que o traje não faz o homem e que sob “punhos de renda” pode haver mão hábil e forte. A diplomacia deve com efeito ser flexível em seus objetivos e ágil em seus procedimentos; pragmática, ao mesmo tempo que responsável. Não pode conformar-se com situações insatisfatórias, porque momentaneamente cômodas: deve buscar as que, de fato, melhor atendam aos interesses nacionais, para tanto associando vontade perseverante de progresso; coragem e disposição perenes para o trabalho, ainda quando árduo e espinhoso; imaginação enriquecedora de opções e soluções eficazes. Na síntese feliz do Presidente Ernesto Geisel, em seu primeiro discurso ao Ministério, à diplomacia brasileira cabe fazer, com prudência e tato, mas com firmeza, as opções e realinhamentos que se tornarem indispensáveis.

objetivo máximo da ação diplomática

Dizia que o desenvolvimento econômico e social é, hoje, o máximo objetivo da ação diplomática.

Desse desenvolvimento, o comércio internacional tornou-se, nos últimos anos, um dos mais importantes fatores. Necessariamente, pois o comércio passou a ocupar posição da mais elevada categoria no contexto dos interesses que cabe à política externa projetar no exterior. Nos foros internacionais, temo-nos batido para que se estabeleça um regime justo de trocas entre as nações, uma estrutura econômica que favoreça efetivamente o pleno desenvolvimento de todos os países do mundo. No plano das relações bilaterais, a diplomacia brasileira busca incessantemente explorar, com nossos parceiros na comunidade das nações, toda possibilidade de uma cooperação reciprocamente proveitosa. Para a assistência à comercialização dos produtos e serviços brasileiros, montou o Itamaraty um Sistema de Promoção Comercial, que articula as atividades de apoio à expansão das exportações dos cento e quarenta postos de sua rede diplomática e consular. Não me alongarei na descrição do que se faz para a abertura e consolidação de novas frentes para o comércio externo, mesmo porque os aqui presentes convivem freqüentemente com o nosso esforço, quando não o partilham diretamente, na fecunda integração de Governo e Empresa com vistas à adequada defesa dos interesses do País no exterior.

soluções nacionais. tratamento global dos problemas econômicos

O esforço diplomático em apoio ao desenvolvimento ganha relevo no momento em que passa a economia internacional por uma de suas crises de mais sérias proporções. Processos inflacionários se instalam em todo o mundo, os desequilíbrios de contas externas se acentuam e dão lugar a providências compensatórias que inibem a demanda internacional. Os padrões vigentes nas correntes tradicionais de comércio modificam-se e os elementos de avaliação disponíveis não permitem, ainda, prognósticos definitivos com respeito a quando e de que forma a economia internacional reencontrará seus pontos de equilíbrio. A cada país, nessas condições, incumbe a dupla responsabilidade de procurar soluções para os graves problemas que lhe estão sendo imediatamente colocados, e, ao mesmo tempo, buscar conciliar as soluções nacionais com as exigências fundamentais de um tratamento global para os problemas que afligem a economia do mundo como um todo. Porque, se os acontecimentos recen-

tes nas relações econômicas internacionais deitaram por terra muitos dogmas e maneiras de pensar, reforçaram também esta certeza que orienta a ação externa do Governo brasileiro: **o mundo é interdependente, já não há como isolar os fenômenos econômicos dentro das fronteiras nacionais.** A cooperação efetiva entre as nações se apresenta tão-somente a alternativa do caos generalizado.

desafio incontornável

A crise atual, reconheça-se ou não, teve o mérito de haver posto em dramática evidência graves falhas de estrutura econômica mundial. Os erros estão à vista e fechar os olhos à evidência nos levaria ao abismo. O desafio, é, pois, incontornável. Os países que, como o Brasil, desde há muitos anos se vêm batendo em favor de reformas capazes de criar condições para uma segurança econômica coletiva para o desenvolvimento e para uma harmônica prosperidade dos povos, podem tirar da crise presente este relativo consolo: menos mal em que se agravem as dificuldades, se só assim toma o mundo consciência do imperativo de superá-las. Mediante o correto entendimento entre as nações, tenho fé em que o desafio será vencido e se revelará, ao final, bem-vindo e oportuno, pois o mundo que nos leva a buscar será de certo melhor que este tão perplexo em que vivemos. Um economista americano comentou recentemente que o atual período pode parecer turbulento na economia internacional, mas não devemos considerá-lo obrigatoriamente com pessimismo, uma vez que é impossível ter estabilidade sem mudanças. Também para mim **a verdadeira estabilidade não se confunde com estagnação e só se pode alcançar no movimento e pelo progresso.** Tenho a firme convicção de que o Brasil dispõe dos recursos naturais e dos instrumentos que lhe permitem enfrentar, com vantagem, as atuais circunstâncias econômicas internacionais. A palavra-de-ordem do Presidente Geisel é produzir e crescer.

Esta crise é transitória, o mundo a resolverá. E o Brasil estará em condições melhores do que qualquer país, se souber manter o seu desenvolvimento, se souber combater o sentido depressivo que se pretende induzir ao Brasil. O Brasil não tem nenhuma razão para aceitar essa alternativa deprimente.

Senhores,

Concebo o comércio internacional como uma combinação generosa de fluxos de bens e serviços que devem aproveitar igualmente aos que dela participam. Não acredito em vantagens unilaterais ou descompassadas. Considero liminarmente condenada toda relação que não se fundamente em vantagens recíprocas para os que por meio dela vão ligar-se. O comércio deve ser uma forma e um instrumento de cooperação, não um veículo de canibalismo econômico entre as nações. Não acredito em iniciativas solitárias; creio, sim, nos empreendimentos solidários. Temos arraigada a convicção, no Brasil, de que devemos crescer com as demais nações, jamais a suas custas, da mesma maneira que não admitimos que outras nações pretendam desenvolver-se a nossas expensas. **A política externa do Brasil é, em primeiro lugar, brasileira, sem deixar de ser ecumênica: faz respeitar com vigor os interesses nacionais no exterior, ao mesmo tempo que repele os isolacionismos estéreis e se pressupõe mais produtiva no quadro de uma cooperação internacional fundada no respeito mútuo e nos benefícios comuns.**

Meus amigos,

Sinto-me inteiramente à vontade para tratar desses temas perante quem tão de perto tocam. Se nossa política externa é marcadamente ecumênica, não esqueço que o comércio foi o primeiro vetor de ecumenismo nas relações entre os grupos sociais. O comércio é, por outro lado, simultaneamente, componente, instrumento e objetivo de política externa. Iria longe, e tomaria tempo que já se torna escasso, desfiar essa complexa teia de vínculos e identidades entre diplomacia e comércio. Importante é termos em mente que trabalhamos juntos com vistas aos mesmos objetivos de progresso econômico e social e de cooperação internacional. A função precípua das Câmaras de Comércio é a de localizar e favorecer o aproveitamento de oportunidades de intercâmbio e servir de apoio para a negociação e o entendimento que conduzem à comunhão nos benefícios econômicos das relações entre os povos. São as Câmaras, em consequência, aliadas da ação diplomática que consiste exatamente em explicitar as faixas de coincidência dos interesses dos países, maximizar sua exploração em proveito das respectivas populações, criar condições para que se traduza em empreendimentos concretos o imenso acervo de

harmonia entre eles existente — condições também para anular aquilo que possa ser motivo de divergência em seu relacionamento.

Ao assumir a Pasta que me confiou o Senhor Presidente da República, afirmei que as Chancelarias não são torres de marfim. Nem me parece que sua atividade deva pairar em alturas nebulosas, fora da visão daqueles a quem lhes incumbe servir. A Chancelaria é o canal de comunicação de uma nação com outras nações. Não pode, por conseguinte, isolar-se no próprio país de que é instrumento. A política externa brasileira deve traduzir esta multifacetada Nação, e, para que lhe seja mais e mais fiel, é meu propósito que

se torne um tema do interesse cotidiano de nossa gente, a fim de que esta dela se informe e possa assim também informá-la. Quero dar à minha presença aqui, hoje, este significado de informação recíproca entre a comunidade empresarial e uma diplomacia vigorosamente voltada para o desenvolvimento no plano interno e nas relações internacionais. O Itamaraty, de portas abertas, convida-os a uma colaboração que antecipo será crescentemente eficaz, para bem do objetivo de progresso e de cooperação entre os povos, o que, com vivo empenho, todos perseguimos.

Muito obrigado.

Discurso pronunciado pelo
Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Antonio F. Azeredo da Silveira, em 24 de outubro
de 1974, por ocasião da cerimônia de Troca dos
Instrumentos de Ratificação do Acordo de
Cooperação e Complementação Industrial,
entre a República Federativa
do Brasil e a República da Bolívia, de 22 de maio de 1974

acordo brasil-bolívia, expressão de maturidade política

Excelentíssimo Senhor General Alberto Guzmán Soriano,

Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia,

Pelo Ato, que hoje celebramos, entra formalmente em vigor o Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, de 22 de maio de 1974, mediante o qual o Governo do Brasil e da Bolívia dispuseram-se a realizar importante esquema de complementação econômica nos campos dos hidrocarbonetos, siderurgia e outros projetos industriais correlatos. Ao decidirem combinar a utilização de fatores de sua atividade econômica e dirigi-la para o melhor equacionamento de problemas pertinentes à produção e ao consumo de cada um dos dois países, o Brasil e a Bolívia fizeram-na na convicção de que sua harmonização em prol do benefício comum presta maior serviço aos interesses nacionais que a busca de soluções autárquicas.

experiência inédita

Trata-se, por sua magnitude e objetividade, de uma experiência inédita na América Latina, em que disponibilidades de recursos e mercados dos dois países são preferencialmente destinadas a

suprir as carências do parceiro. As circunstâncias em que a empreendemos, as consultas que a precederam, o meticuloso exame de suas implicações, constituem auspicioso exemplo do grau de maturidade política que alcançaram nossas nações e do alto senso de responsabilidade com que cumprem sua histórica missão.

Como bem salientou o Presidente Ernesto Geisel, por ocasião de seu memorável encontro com o Presidente Hugo Banzer, em Cochabamba, "ao plantarmos este marco no vasto panorama de nossas relações, que se estende para além dos limites de meros interesses imediatistas, alicerçamo-lo em sólidos e resistentes princípios de conduta política e econômica. Sabemos que as bases de tão importantes empreendimentos assenta-se sobre a confiança recíproca que inspira e fortalece a vontade política de nossos dois países, no sentido de ampliar o campo de sua cooperação e estreitar os vínculos de sua associação. Mas também sabemos que essa vontade e confiança vingaram e prevalecem, porque se fez consenso em que os empreendimentos contemplados são economicamente vantajosos para o Brasil e a Bolívia".

princípios básicos da cooperação econômica

Não vemos, com efeito, duradouras possibilidades de êxito em empreendimentos conjuntos dessa na-

tureza, a não ser que ambos os países estejam plenamente convencidos de que os benefícios deles decorrentes serão distribuídos com equidade. Nem se concebe que, no estágio de aperfeiçoamento a que chegaram as relações interamericanas, pretenda-se, entre nações soberanas, viabilizar, a longo prazo, qualquer tipo de contrato ou associação que não leve em conta os direitos e prerrogativas dos Estados de disporem de seus próprios recursos, num quadro de obrigações livremente assumidas e de respeito a sua ordem.

Esse mesmo realismo, se já constituiu o substrato sobre o qual estruturamos as disposições do Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, torna-se ainda mais indispensável na etapa decisiva, em que ora entramos, de execução dos estudos de viabilidade técnica e econômica da operação de compra e venda do gás natural e dos projetos do pólo de desenvolvimento boliviano. É, pois, com elevado espírito de compreensão e perfeito conhecimento das opções existentes que o Comitê Brasileiro-Boliviano de Cooperação Econômica e Técnica, criado pelo Artigo VII do Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, deverá desincumbir-se da missão coordenadora que lhe foi conferida.

Senhor Ministro,

A presença de Vossa Excelência, nesta solenidade, não apenas nos desvanece e nos honra, como também ilustra a particular significação que atribuímos ao Acordo de Cooperação e Complementação Industrial e o empenho prioritário com que consideramos sua implementação. Em que pesem, porém, o caráter pioneiro da iniciativa e a importância de que se revestem as expectativas por ela criadas, não devemos inscrevê-la num plano isolado do contexto global em que se desenvolvem as antigas relações de amizade entre nossos dois países, em que se aprofunda a comunhão de interesses que a preside, em que fundamenta a política de estreita cooperação que a estimula. Representa, ao contrário, no quadro dos objetivos fundamentais da nossa ação externa, mais um elemento convergente na aliança de propósitos dos Governos do Brasil e da Bolívia em prol do desenvolvimento de seus povos.

Queira Vossa Excelência, ao retornar ao seu nobre país, reiterar ao Governo e ao povo bolivianos a firme convicção do Governo e do povo brasileiros de que, da união de nossos esforços, continuarão a nascer novos e profícuos empreendimentos.

brasil e gana, novos pontos de convergência

Discurso pronunciado pelo Ministro de
Estado das Relações Exteriores,
Antonio F. Azeredo da Silveira,
por ocasião da ratificação do
Acordo Comercial Brasil-Gana, em 30 de outubro de 1974

Senhor Embaixador,

A concepção, até há pouco corrente, de que os países fornecedores de produtos tropicais deveriam, forçosamente, desenvolver apenas economias competitivas, além de simplista, é também falaciosa. Simplista por tomar em conta apenas os aspectos qualitativos da produção e falaciosa por ignorar os aspectos políticos e sociais da cooperação econômica que sempre terminam por prevalecer nas relações entre nações amigas.

A História contemporânea é farta em exemplos de povos que, apesar de processarem as mesmas matérias-primas, de utilizarem disponibilidades semelhantes de mão-de-obra e de colocarem no mercado mundial o mesmo tipo de produtos acabados escolheram a via harmônica da assistência recíproca adotando políticas de complementação e não de competição pura e simples.

Por outro lado, Senhor Embaixador, países em desenvolvimento, como os nossos, têm sabido buscar, na identificação que lhes traz a necessidade de enfrentar problemas econômico-sociais similares, soluções políticas que, a um tempo, respondam aos ditames do interesse nacional de cada um e permitam projetar, no campo externo, amplas perspectivas de cooperação, porque fundadas em princípios éticos que se consolidaram na própria formação de suas nacionalidades.

Vossa Excelência conhece a realidade brasileira porque com ela convive em seu cotidiano. **Sabe, por isso, que, na formação da nacionalidade brasileira, prevaleceram os mesmos princípios que constituem o moto da ação política das nações irmãs africanas: o povo brasileiro repele — por representarem elementos estranhos à sua índole — quaisquer formas de colonialismo em todas as suas manifestações e por disfarçada que seja a roupagem com que se apresentem, como repudia todas as teorias, práticas e regimes que pretendem perpetuar supostas supremacias raciais.**

Por viver junto de nós e por nos conhecer, assim, tão de perto, Vossa Excelência, Senhor Embaixador, estará levando permanentemente ao Governo e ao povo de Gana essa imagem de convergência de propósitos, de fraternal amizade, de apoio recíproco e de autêntica solidariedade, os quais brotam naturalmente e constituem motivo de orgulho para o Governo e para o Povo brasileiros.

Imbuídos de todos esses princípios, Gana e o Brasil firmaram, em Acra, o Acordo Comercial que, hoje, através desta troca de Notas, entra em vigor para melhorar, promover e estimular o comércio bilateral.

Temos já uma proveitosa experiência de associação comum na Aliança dos Produtores de Cacau, cuja ação tem permitido a defesa de preços remunerativos para o principal produto de exportação

de seu país e que desempenha, também, papel importante na pauta brasileira.

No plano bilateral os laços que unem o Brasil e Gana são numerosos e estáveis. O Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, que, para nossa honra, teve sua elaboração acompanhada de perto pelo próprio Chefe de Estado ganense, é outro importante marco de cooperação recíproca. A estas bases se junta, agora, o Acordo Comercial.

As diversas medidas previstas nesse Acordo velarão pelo desenvolvimento contínuo de nossas relações comerciais bilaterais e criam, entre nossos

dois países, novos pontos de convergência na busca de soluções comuns.

Alegra-me, Senhor Embaixador, ver Gana e o Brasil unidos na defesa constante dos princípios de autodeterminação e no repúdio a toda forma de colonialismo e de racismo. Alegra-me, mais ainda, sentir que nossos povos, que tanto têm em comum, se identificam crescentemente porque mais se vão conhecendo, cumprindo a nossos Governos traduzir, em entendimentos concretos, as aspirações e as afinidades que lhes são comuns.

Muito obrigado.

Discurso
pronunciado em 31 de outubro
de 1974, pelo Ministro de
Estado das Relações Exteriores,
Antonio F. Azeredo da Silveira, por ocasião da Troca dos
Instrumentos de Ratificação do Acordo Básico de Cooperação Educacional, Científica
e Cultural, concluído entre o Brasil e o Paraguai, em 17 de outubro de 1973

unidade e organicidade nas relações brasil-paraguai

Senhor Embaixador,

A cerimônia da troca dos Instrumentos de Ratificação do Acordo Cultural assinado entre o Brasil e o Paraguai, em 17 de outubro de 1973, que acabamos de realizar, significou, para mim, momento de imensa satisfação e da mais alta honra. Tal Acordo, como bem sabemos, Vossa Excelência e eu, não constitui o primeiro grande marco a partir do qual devem ser regidas as relações paraguai-brasileiras no amplo universo da cultura. Mais precisamente, o ato internacional que ora entra em vigor vem substituir o Convênio de 1957, constituindo, portanto, o resultado de todo um ciclo de sucessivas experiências, fruto de anos de profícua intensificação dos contatos mantidos por ambos os países no campo da cultura.

Por isso mesmo, não se procurou estabelecer novos programas ou definir formas inteiramente novas de cooperação. Buscou-se, fundamentalmente, incorporar o acervo de positivos experimentos que, ao longo desses dezessete anos, lograram acumular ambas as partes. Os resultados alcançados, por satisfatórios que se tenham revelado, não aplacarão, todavia, no futuro que se avizinha, as potencialidades apenas exploradas de nossos povos, no inesgotável domínio da mútua cooperação intelectual e cultural.

Nesta oportunidade, contudo, não posso deixar de mencionar a obra que, ao amparo do Convênio de 1957, foi levada avante, com a valiosa colaboração de homens dedicados e de exemplares instituições. Como não salientar, neste instante, o incansável esforço de tantos professores para-

guaios e brasileiros que, em constante e construtiva interação, formaram ou consolidaram, na Universidade Nacional de Assunção, novos talentos, cuja contribuição já se faz sentir na vida cultural guarani?

estreitamento de laços culturais

Ademais, é também de justiça que nossos dois países devam assinalar o relevante papel desempenhado pela antiga Missão Cultural que, mediante cursos regulares de português e através das atividades promovidas pela Escola de Artes para Adultos e Crianças, em muito favoreceu a maior comunicação entre nossos povos, colocando à disposição de brasileiros e paraguaios os instrumentos lingüísticos e estéticos que fazem parte do código universal que propicia um melhor entendimento entre os homens.

O trabalho incessante, o esforço reiterado e o ânimo imbatível desses professores, paraguaios e brasileiros, lançaram um processo amplo que muito favoreceu um conagraamento cada vez mais efetivo, que se reflete no intercâmbio existente entre jovens do Paraguai e do Brasil. **Esse intercâmbio, realizado através dos programas de bolsas-de-estudo e de estudantes-convênio, ensaja o aperfeiçoamento intelectual de ambas as juventudes, que assim melhor se conhecem e, melhor se conhecendo, confirmam a vocação de ambas as nações para um destino comum de convivência fraterna, respeitosa e, sobretudo, da mútua compreensão.**

São esses os fundamentos, Senhor Embaixador, lançados e fortalecidos durante a vigência do Convênio de 1957, que nos propomos, hoje, aprofundar. O Acordo ora ratificado representa, assim, um instrumento situado no interior de uma tradição que sabe renovar-se, alargando as vias do progresso do intercâmbio cultural entre o Brasil e o Paraguai.

O estreitamento dos laços culturais, que desde há muito existem entre nossos países, reflete o espírito comunitário manifesto em todos nós, dentro da mais legítima continuidade do latino-americanismo. Tal espírito, Senhor Embaixador, é a prova mais tangível de que compartilhamos uma mesma tradição cultural, cujas raízes ibéricas foram proveitosamente enriquecidas por outros elementos não menos importantes, em terras americanas. O caminho que vimos trilhando, nesse esforço comum, tem seu significado completo na tentativa de obter maior unidade e organicidade real em todas as dimensões de nossas relações, dando, destarte, um exemplo de sólido e fraternal entendimento, no domínio cultural como em outros, que assegura a cooperação franca, leal, sincera e pragmática, que é o apanágio do Brasil e do Paraguai e que deve necessariamente vigir entre países vizinhos e amigos.

Nossos dois países, Senhor Embaixador, cômicos de suas personalidades indelevelmente forjadas ao longo da História, têm perfeitamente explicitados projetos de desenvolvimento global, em

que setores-chaves se aproximam até o limite da identidade. Em nossos projetos nacionais, pela própria virtude ecumênica de brasileiros e paraguaios, estão inscritos os esforços e a disposição de favorecer o progresso máximo na esfera intelectual e técnica.

A ampla faixa de convergência de interesses que permitiu, no passado, o estreitamento dos laços culturais e técnicos entre o Brasil e o Paraguai, exige, hoje, a intensificação do produtivo diálogo que já apresenta resultados tão notáveis. Ao satisfazerem a tais exigências, nossos governos reforçam os efeitos de uma ação cultural solidária e convergente que resulta na crescente prosperidade de ambas as coletividades.

Senhor Embaixador,

Muito me apraz transmitir a Vossa Excelência a confiança do Governo brasileiro em que esse ato, ao incorporar-se ao conjunto de normas jurídicas que regem nossas relações, contribuirá poderosamente para o contínuo acercamento das culturas guarani e brasileira, bem como para o fortalecimento da amizade crescente que nossos povos se dedicam e que constitui um dos fatores que mais favorecem sua luta comum pela prosperidade, pela paz, pela justiça e pelo progresso cultural.

Muito obrigado.

Discurso pronunciado
pelo Ministro de Estado das
Relações Exteriores,
Antonio F. Azeredo
da Silveira, por ocasião do
encerramento da I Reunião
da Comissão Mista Brasil-Espanha, em Brasília, em 14 de novembro de 1974

brasil e espanha iniciam etapa de maior cooperação

Senhor Embaixador José Pérez del Arco,

Senhor Embaixador Enrique Pérez-Hernández y
Moreno,

Senhores,

É para mim motivo de particular satisfação poder rever meu velho amigo e colega, o Embaixador Enrique Pérez-Hernández y Moreno, a quem reitero votos de boas-vindas a Brasília, que faço extensivos aos ilustres integrantes de sua comitiva, homens de Governo e da iniciativa privada, todos empenhados, como nós, no estreitamento dos múltiplos vínculos que unem o Brasil e a Espanha.

A Comissão Mista, que hoje encerra sua I Reunião, se superpõe a três outras pré-existentes, que tratavam especificamente do comércio, da cooperação técnica e da cooperação cultural. Agora, esses três campos se enfeixam num todo único — esta nova Comissão — cujos objetivos se ampliam para englobar outros setores de grande relevo e atualidade, como os de natureza econômica e financeira e os de cooperação nos campos da previdência social e da utilização da energia nuclear para fins pacíficos.

Em conseqüência, as Delegações brasileira e espanhola puderam examinar uma agenda de fôlego que, por si só, representa testemunho eloqüente das áreas de convergência dos interesses dos dois países.

E é precisamente o conjunto desses interesses comuns que nos cumpre trabalhar e ampliar, de modo a maximizar o produto das negociações, utilizando, a um só tempo, o pragmatismo que a aceleração do desenvolvimento econômico requer e aquela medida de generosidade que sempre informou nossos povos na tarefa de promover a realização de suas potencialidades humanas e históricas.

instrumentos para mais ampla cooperação

Os Acordos que acabam de ser assinados, inclusive o destinado a evitar a dupla tributação e a prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda, repercutirão favoravelmente, estou certo, nas relações entre o Brasil e a Espanha. A experiência ensina, com efeito, que acordos análogos, assinados pelo Brasil com outros países, se constituíram em instrumentos válidos para uma maior cooperação em bases estritas de equidade e de benefícios mútuos, como tem sido a tradição nas nossas relações. Eu espero, exatamente, que essa primeira reunião possa corresponder a um objetivo que creio que é comum dos dois países e inaugurar uma etapa de muito maior intimidade no trato de todos os assuntos que são do interesse de um e de outro país, como não poderia deixar de ocorrer com a Espanha e o Brasil. Nós temos fundamentalmente, em favor

do nosso desenvolvimento, atividades de natureza econômica. Mas entre nós essas atividades devem ter um objetivo maior, que é a aproximação permanente entre os dois povos.

A idéia que presidiu esta modificação da Comissão foi a idéia de que nenhum assunto deixaria de ser tratado pelos dois países, inclusive aqueles de natureza política.

O Brasil e a Espanha só podem lucrar se se habituarem a conhecer, em toda a sua intimidade, inclusive os problemas que os obrigam a ter as suas projeções internacionais, projeções globais e projeções regionais. Nós conhecemos perfeitamente o papel catalisador que exerce a Espanha na América Latina, por ser a mãe-pátria de tantos dos países que compõem o nosso Hemisfério.

singularidade da posição do brasil

E eu creio que a singularidade da posição do Brasil, em relação à Espanha e em relação à América Latina, só tem permitido que este entendimento entre a Espanha e o Brasil seja sempre um entendimento de equilíbrio; tem ajudado o relacionamento entre nós na América Latina e entre a América Latina e a Península Ibérica, que é a origem desses países que compõem essa parte do mundo que hoje tem de enfrentar desafios tão importantes. A experiência espanhola para nós é extremamente frutífera e eu creio

que o Brasil também tem uma contribuição a oferecer no enfoque que a própria Espanha dá a suas relações com a América Latina.

A presente reunião da Comissão Mista revelou, sem dúvida, resultados auspiciosos em matéria de cooperação tecnológica e no campo da energia nuclear, aproximando-nos ainda mais de todo um acervo de conhecimento em setores especializados de reconhecida importância no contexto europeu. Ressalto, igualmente, as decisões tomadas quanto à intensificação de nossas relações culturais. Estou certo de que muito teremos a ganhar com esse revigoramento, porque tradicionalmente tão ligado a nossas origens no Velho e no Novo Continente.

Estou persuadido de que as reuniões subseqüentes da Comissão Mista Brasil-Espanha alargarão continuamente os horizontes de nossa cooperação, que, franca e generosa, como é próprio a países de afinidades tão patentes, se irá consolidar ainda mais para responder aos crescentes desafios de nossos interesses comuns.

Peço a Vossa Excelência, Senhor Embaixador, e à Delegação espanhola que transmitam a seu Governo a honra e o prazer que nos deu sua presença entre nós e a confiança, que ora lhes renovo, em que, pelo processo natural de amadurecimento de idéias e programas, possamos, brevemente, voltar a nos reunir.

Muito obrigado.

Declaração de voto do Brasil, pronunciada em Quito
pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Antonio F. Azeredo da Silveira,
em 12 de novembro de 1974, por
ocasião da XV Reunião dos Chanceleres
dos Países-Membros
da Organização dos
Estados Americanos

não-intervenção, fundamento das relações entre estados

Meus caros colegas e amigos,

Esta XV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, atuando como órgão de consulta do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, foi convocada para o fim preciso de decidir "se se justifica deixar sem efeito a Resolução I da IX Reunião de Consulta", aprovada há dez anos atrás.

O Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos nos deu um mandato e estabeleceu os termos de referência que deveriam pautar as nossas deliberações: a observação estrita do princípio de não-intervenção e a consideração das modificações ocorridas nas circunstâncias prevalentes ao tempo em que foram adotadas as medidas contra o Governo sancionado.

Das declarações aqui ouvidas e das conversações efetuadas, pudemos concluir que a unanimidade dos Governos aqui representados considera fundamental que se reafirme e se revigore o compromisso claro de não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados.

Para o Brasil, o princípio de não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados é a pedra-de-toque do bom relacionamento internacional. Ele é mais fundamental, ainda, nas relações entre os países do Continente. A aplicação desse princípio deve ser a preocupação rigorosa de todos os países americanos, acima de quaisquer considerações de maior ou menor poder dos Estados.

Por essa razão, quando foi levantado, em Washington, em setembro último, o debate sobre a convocação de uma nova reunião de consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos países-membros do TIAR, para examinar a conveniência da revogação da Resolução I da IX Reunião de Consulta, a preocupação do Brasil foi a de que ficasse assegurado um compromisso inequívoco entre os países do CITEMA no sentido de que a apreciação das "circunstâncias no quadro das quais se adotaram as medidas" mencionadas na referida resolução, fosse feita "à luz do respeito estrito ao princípio de não-intervenção em assuntos internos de outros Estados".

A preocupação brasileira foi atendida e a resolução, unanimemente aprovada no dia 29 de setembro último, pelo Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos, relativa à convocação da presente XV Reunião de Consulta, determinava expressamente fosse ela feita com atenção "ao respeito estrito ao princípio de não-intervenção de um Estado nos assuntos de outros Estados".

Por outro lado, parece óbvio a todos que a preocupação dominante nesta reunião foi, não a de levantar ou não as sanções, mas a de preservar a solidariedade continental e a de revigorar o sistema interamericano. Para um número importante de Governos aqui representados, incluídos ou não ao levantamento das sanções, o reiterado não-cumprimento de uma obrigação ta-

xativa do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca estaria contribuindo para o debilitamento do mesmo, o que iria em contra dos interesses da comunidade continental.

O Brasil entende essa preocupação e dela participa. Apenas não considera que a solução para o problema esteja na revogação da Resolução, que não obteve o cumprimento generalizado. Se é possível que as disposições do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca estejam a necessitar modificações ou reinterpretações que as tornem mais adequadas às realidades do mundo de hoje, não é este o foro para fazê-las. O assunto está sendo estudado em Washington, na Comissão Especial da OEA, e lá deve ser resolvido.

tiar, instrumento útil e necessário às relações interamericanas

Não há dúvida, porém, de que uma possível erosão do TIAR contribuiria para o próprio debilitamento do sistema interamericano e poderia agravar-se, inclusive se um número maior de países vier se juntar àqueles que já decidiram deixar de dar cumprimento a uma disposição do Tratado que todos assinamos.

Seguimos achando que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, com as reformas que sejam indispensáveis a uma atualização, é um instrumento útil e necessário às relações interamericanas. Por essa razão, não desejamos que um voto negativo do Brasil à proposta considerada por esta XV Reunião de Consulta pudesse contribuir para enrijecer as divisões que ora separam os governos-membros do sistema em torno dos propósitos do Tratado, e, assim, contribuir para o desgaste do mesmo e da própria Organização dos Estados Americanos.

Para o Brasil, os resultados mais importantes desta reunião ainda de consulta são a constatação de que existe uma disposição ainda mais firme, por parte dos Governos americanos, de reafirmar os princípios da autodeterminação e de não-intervenção, e a de que prevalece entre nós o espírito de franco desejo de entendimento e de solidariedade continental, mais importante do que as diferenças ocasionais que nos separam em torno do problema que ora se debate. Existe, também, a convicção generalizada de que o problema deve ser reduzido em suas proporções para que não continue a perturbar as possibilidades de crescente cooperação entre os países do Continente. É nosso entendimento, pois, que os Governos,

cujos representantes aqui se encontram reunidos, aceitam e reafirmam que esse princípio da não-intervenção deve reger as relações entre todos os países do Continente. Entendemos, também, que os mesmos Governos consideram que a estrita observância desse princípio é fundamental ao revigoramento do sistema interamericano, que é, igualmente, um objetivo comum a todos.

Esse é, por si só, um resultado alvissareiro desta reunião que me apraz ressaltar.

posição brasileira. justificativa

Já no que respeita à consideração das modificações ocorridas nas circunstâncias prevaletes ao tempo em que foram adotadas as medidas contra o Governo sancionado, o Brasil expôs claramente sua posição na reunião do Conselho Permanente em Washington.

Para o Brasil, os motivos que devem informar a decisão sobre se se levanta ou não a vigência das medidas relacionadas na Resolução I da IX Reunião de Consulta não se prendem, primeira e essencialmente, ao quadro político internacional, embora reconheçamos, como não poderíamos deixar de o fazer, que as condições prevaletes no quadro mundial constituem um "pano-de-fundo" para o exame dos fatos específicos que, em última instância, devem determinar a nossa decisão. Esses fatos, Senhor Presidente, conforme a própria Resolução I da IX Reunião de Consulta estipula, de modo incontestável, estão relacionados diretamente ao comportamento do Governo que foi objeto das medidas adotadas em 1964, de conformidade com o Artigo VIII do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. É, assim, primordialmente, ao comportamento desse Governo e à avaliação que dele possamos fazer, que devemos, no entender do Brasil, atrelar a decisão de suspender ou não a vigência da referida Resolução.

Ora, a esse respeito, não houve qualquer comprovação oferecida a esta Reunião de que se haja alterado substancialmente o comportamento do Governo sancionado. Ao contrário, alguns países ofereceram informações sobre ocorrências recentes que nos levariam à conclusão oposta. Mais importante ainda, não houve qualquer indicação de que o Governo sancionado deseje o levantamento das sanções ou esteja disposto a oferecer qualquer compromisso de não-intervenção em troca de gesto dos demais Governos americanos no sentido de criar condições para o diálogo com o mesmo.

Nessas condições, não vê o Brasil como apoiar a revogação da Resolução I, à luz das circunstâncias atuais.

Por todos esses motivos, vendo, de um lado, que não são atendidas as condições que justificariam a revogação da Resolução I, nos termos da convocatória desta Reunião, e, por outro, que os Governos aqui reunidos, representados pelos Chan-

celeres dos países integrantes do sistema interamericano, parecem, em sua maioria, considerar que é chegado o momento de, através de esforços coletivos, buscar fórmulas que atualizem o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, para torná-lo mais eficaz e realista, é que o Governo brasileiro se abstém de votar a proposta submetida a esta Reunião de Consulta.

potencialidade de comércio entre brasil e canadá

Discurso do Ministro de
Estado Azeredo da Silveira,
quando da visita do Ministro
da Indústria e Comércio do Canadá,
Alastair William Gillespie,
em Brasília, em 21 de novembro de 1974

É com grande honra e satisfação que, em nome do Ministério das Relações Exteriores, recebo, nesta Casa, a Vossa Excelência e aos funcionários do Governo e empresários canadenses que o acompanham.

Constitui também um prazer especial verificar que o espírito de colaboração, responsável pela união de esforços entre o Ministério da Indústria e do Comércio, sob a direção do ilustre Ministro Severo Gomes, o Itamaraty e as classes empresariais brasileiras em suas atividades no exterior, é o mesmo que anima a missão de Vossa Excelência ao Brasil.

Entretanto, o que a visita de Vossa Excelência certamente tem de mais significativo, ainda, é o reconhecimento, por ambos os Governos, de que chegou o momento de se explorarem, mais a fundo, todas as possibilidades de se incrementarem as relações econômicas entre o Brasil e o Canadá.

As iniciativas nesse sentido, por certo, serão facilitadas pelo importante papel que o comércio exterior desempenha no atual panorama da economia dos dois países.

aumento de exportações. diversificação de mercados

O Brasil, como o Canadá, está procurando, com êxito, não só aumentar suas exportações, como diversificar os mercados a que elas se destinam, o que propiciará o aumento de suas importações e a diversificação de seus fornecedores.

A intensificação do intercâmbio entre o Canadá e o Brasil poderá ocorrer não só em novos setores do mercado de produtos de base e das matérias-primas (açúcar, minério de ferro e carvão siderúrgico), como, sobretudo, no campo dos produtos manufaturados.

Se é verdade que são crescentes as necessidades de importação de bens de capital no Brasil, um exame da pauta de importações de equipamentos e insumos para a indústria canadense revela serem amplas as perspectivas que se oferecem aos exportadores brasileiros.

Segundo o relatório preliminar da missão comercial do Estado de São Paulo que esteve no Canadá em meados do corrente ano, seriam consideráveis as possibilidades de se concretizarem operações para o fornecimento de peças de automóveis e aglomerados de madeira.

Também a ampliação das exportações de têxteis e fios de algodão brasileiros para o Canadá poderia contribuir para equilibrar a balança de troca de mercadorias entre os dois países, estimulando-se, assim, a elevação dos atuais níveis de seu intercâmbio.

transporte aéreo. melhor entrosamento

Com relação aos serviços de transporte aéreo, acreditam as autoridades brasileiras que o presente movimento de passageiros e cargas entre o Canadá e o Brasil justificaria estudar-se a possibilidade de um melhor entrosamento de horários

e conexões das empresas que operam entre os dois países.

O Governo brasileiro aguarda, com interesse, resposta do Governo canadense à sua proposta no sentido de que se realizem, em fevereiro de 1975, em Ottawa, as conversações exploratórias sobre a assinatura de um Acordo para evitar-se a bitributação sobre a renda.

cooperação técnica

No setor da cooperação técnica, deverão ser francamente construtivos os entendimentos a se realizarem com a missão da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA), esperada em Brasília a partir de novembro de 1975, a fim de se fixarem as diretrizes, indicar os projetos prioritários e adotar as medidas administrativas de um Programa Quinquenal, para o período 1975/1979.

Dentro em breve, deverão iniciar-se os trabalhos previstos no Projeto de Prospeção Geológica do Centro-Oeste, em decorrência de Memorando de Entendimento firmado pela CIDA e o Departamento Nacional da Produção Mineral.

Por outro lado, encontra-se em sua fase final a negociação do Acordo Básico de Cooperação Técnica, que poderá ser assinado em futuro próximo.

comércio bilateral

Foi das mais felizes a decisão do Governo canadense de pôr em vigência o esquema de tarifas preferenciais gerais para os países em desenvol-

vimento, embora, no futuro, possa ser mais estimulante ainda para o comércio bilateral com o Brasil, mediante a inclusão de um maior número de produtos agrícolas e dos manufaturados e semimanufaturados dele excluídos.

Haverá, seguramente, oportunidades para a realização de novos investimentos canadenses no Brasil, assim como se deveriam estudar as possibilidades de se fazerem investimentos brasileiros no Canadá.

oportunidades de coordenação no plano multilateral

No plano multilateral, são várias as oportunidades de coordenação entre o Brasil e o Canadá, no âmbito das Negociações Comerciais, no GATT, as quais poderiam ser objeto de contatos bilaterais informais entre representantes de ambos os países, antes do início efetivo das negociações, a começarem em princípios de 1975.

Assim, seria útil trocarem-se pontos-de-vista quanto às negociações setoriais, o comércio de produtos primários, a eliminação de diferenças tarifárias entre matérias-primas em estado natural e as parcialmente industrializadas, e o acesso a mercados para as exportações agrícolas, sem esquecer-se a concessão de tratamento diferenciado e mais favorável aos países em desenvolvimento.

Em resumo, Senhor Ministro, estou convencido de que haverá muito o que planejar e realizar até que as potencialidades do intercâmbio entre o Brasil e o Canadá sejam plenamente liberadas, em benefício de ambos e do maior estreitamento das suas relações de amizade.

valores culturais comuns inspiram cooperação sem recuos

Discurso do Ministro de Estado

das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira,
em 25 de novembro de 1974, em Dacar, no banquete
que lhe ofereceu o Ministro dos

Negócios Estrangeiros do Senegal, Assane Seck

Senhor Ministro,

Cruzei o Atlântico — a fronteira que une as nossas duas Pátrias — para vir prestar ao povo e ao Governo do Senegal o tributo da admiração, da amizade e da fraternidade do Governo e do Povo brasileiros. Parece, contudo, neste momento, que através das palavras tão expressivas de Vossa Excelência a homenagem é prestada por quem a deveria receber.

Não me surpreende que assim seja. A generosidade é o sentimento por excelência do povo senegalês, nobre nos seus propósitos, altivo na sua atitude e inflexível na sua lealdade.

Conhecemos, os brasileiros, essas marcas de caráter, porque aprendemos a distingui-las na nossa própria terra, para onde as levaram, no seu sangue e no seu espírito, os nossos antepassados africanos.

dever de solidariedade para com as nações africanas

Minha presença no Senegal, Senhor Ministro, propiciada pelo seu convite, é para mim a expressão não apenas de um desejo, mas também de um dever inelutável. Faz poucos meses, meu Governo declarou solenemente que o Brasil atribui às suas relações com as Nações africanas atenção prioritária, só comparável à que dedica, no mesmo grau de interesse, ao convívio com os seus irmãos latino-americanos. Em palavras cunhadas para servir de orientação permanente à política externa bra-

sileira, disse o Presidente Ernesto Geisel que o Brasil se empenhará em cumprir, com rigor, a sua parte no dever de solidariedade para com as Nações irmãs e vizinhas, nos dois lados do Atlântico.

Conhecida esta deliberação, era preciso vir aqui testemunhá-la de viva voz. Expressar ao Governo e ao povo do Senegal que identificamos, na colaboração entre o meu País e as jovens Nações da África, o caminho para uma renovada e promissora realidade na vida internacional do mundo em desenvolvimento. Proclamar que desejamos somar esforços e traduzir as inúmeras afinidades entre os nossos povos — no plano da cultura, da raça, das tradições e dos costumes — no diálogo natural para juntos construirmos um patrimônio comum, acima das divisões, dos conflitos e das incompatibilidades, reais ou supostas, que infelizmente cfligem o mundo atual e ameaçam a paz e a segurança internacionais.

Era preciso, ainda, trocar impressões, receber conselhos e apresentar sugestões; cumprir o ritual da amizade, que consiste em dar o que podemos oferecer e pedir aquilo de que necessitamos.

perspectivas de estreitamento de relações

É este o ânimo com que compareço a esta hospitaleira terra africana, Senhor Ministro. **Estou convencido de que, no curso de nossas conversações e nos contactos que terei a oportunidade de manter com as autoridades do Governo do Senegal, descobrir-se-ão perspectivas para uma cooperação**

ainda mais estreita entre os nossos dois países, em todos os campos: no político, no econômico, no cultural.

São amplos os horizontes oferecidos a essa cooperação útil ao Brasil e ao Senegal. Confiamos em que ela é factível, necessária, decisiva. Portanto, não a queremos tímida ou hesitante, mas, ao contrário, inspirada no propósito firme de vencer, sem recuos, todas as dificuldades.

Não importa que o caminho seja longo e numerosos os obstáculos. Importa, sim, que empreendamos a caminhada na direção correta. Para ser específico, direi que, segundo a entendo, esta cooperação só pode produzir frutos se tiver por base uma solidariedade política verdadeira; se existir na sua origem a exata compreensão de que os destinos das Nações só por elas mesmas podem ser forjados; se houver confiança recíproca e, acima de tudo, se houver o claro entendimento de que a cooperação de nada vale, quando se efetiva com o sacrifício de uma parcela, por menor que seja, da plena autonomia de qualquer das partes.

reafirmação do princípio da não-intervenção

Este princípio cardinal — o da não-intervenção em assuntos internos — que nos deve orientar nas relações recíprocas, constitui igualmente, a meu ver, o ingrediente mais importante na vida da coletividade internacional. Na África, Vossa Excelência sabe melhor do que eu ser tal princípio indispensável, a regra fundamental no jogo das Nações livres e dos que estão por atingir a sua total independência. **Sem o completo respeito à soberania de cada um ou sem uma escrupulosa isenção quanto ao processo político interno nos países em formação, nada se cumprirá de positivo, nenhuma ação encontrará justificativa nem levará a resultados duradouros.**

Inspirado nesta convicção, o Brasil, Senhor Ministro, acompanha com compreensível interesse os desenvolvimentos que vem assinalando a crescente liquidação do colonialismo em terras africanas e tem presente o papel histórico desempenhado pelo paladino da independência neste Continente, que é Léopold Sedar Senghor, mescla de herói e estadista, homem de espírito e político de ação, em quem distinguimos o símbolo da África em ascensão.

São conhecidas, Senhor Ministro, as razões que nos impelem ao sentimento de solidariedade para com os povos devotados à luta pela independên-

cia. Vivemos, no passado, momentos semelhantes e a nossa própria História demonstra quanto existe de realidade na sentença proferida com sabedoria pelo Presidente Senghor: "Il ne s'agit pas de détruire le colonial; il s'agit de le dépasser".

No entendimento de que esta é a meta a ser atingida, o Brasil acredita que são elementos essenciais ao bom êxito do processo de descolonização: a independência, plena e inequívoca, a integridade territorial e o desenvolvimento.

É ilusório pensar que um tal processo possa chegar àquele objetivo como resultado do patrocínio de quem quer que seja. **A independência, a preservação da integridade territorial e o desenvolvimento se conquistam de dentro para fora, com o esforço e a deliberação internas, fatores insubstituíveis na afirmação da nacionalidade.**

A ajuda externa, o apoio, a solidariedade, enfim, perdem sua autenticidade e se confundem com a intromissão quando promovem o desvirtuamento no processo natural da autodeterminação.

Esta, para que seja legítima, não pode preceder, mas, ao contrário, ter sua origem na plena independência e na soberania, que são a expressão original e o fato básico na vida dos Estados.

Por esse motivo, meu País proclama sua adesão ao direito dos povos de governar os seus próprios destinos, sem interferência de qualquer espécie. Os deveres da solidariedade, que estamos prontos a cumprir, não os queremos, porém, confundir com imposições em transformá-los em instrumentos de influência.

identidade com as nações africanas

Vossa Excelência sabe, Senhor Ministro, que muitos títulos podemos ostentar, com grande orgulho, da nossa identidade com as nações africanas, que agora se libertam. Para o Brasil esta identidade se traduz num primeiro e fundamental interesse: que sejam efetiva e integralmente livres.

O respeito à individualidade e integridade territorial de cada uma delas é o que se segue. Mesmo entre nações irmãs, ou sobretudo neste caso, reconhecer a sua personalidade própria, inconfundível, é a postura que se exige de uma em relação à outra.

Assentados estes elementos, caberia, então, desenvolver a cooperação que for desejada e que estiver ao alcance dos parceiros. No que diz respeito ao meu País, posso afirmar ser esta a sua decidida disposição. O Brasil não faltaria a um dever imposto pela História.

Senhor Ministro,

Quero reiterar a Vossa Excelência meu profundo agradecimento pelas suas expressões de homenagem ao meu País, ao Presidente Ernesto Geisel, aos membros da minha comitiva e a mim próprio. Nelas identifico o penhor da amizade e da con-

fiança que unem o Brasil e o Senegal, seus povos e Governos, na deliberação de somarem esforços para tornar cada vez mais íntima a sua colaboração.

Permita-me brindar pela paz e prosperidade do nobre povo do Senegal e pela felicidade de seu grande Presidente, Léopold Sedar Senghor.

Discursos do Presidente da República do Senegal, Léopold Sedar Senghor e do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Azeredo da Silveira, na cerimônia de condecoração do Chanceler brasileiro, em Dacar, em 27 de novembro de 1974

ordem nacional do leão para chanceler brasileiro

discurso de senghor

Senhor Ministro,

Estou muito contente de recebê-lo hoje neste velho país que é o Senegal. Creio que no ano passado, ou talvez há dois anos, tive ocasião de dizer ao seu predecessor que **os brasileiros têm hoje a responsabilidade do humanismo lusófono**. Tal asserção era verdadeira durante o Governo de Marcello Caetano e ainda o é agora. Isto porque o novo Portugal está em convalescença e cabe aos brasileiros, cabe a todos nós, ajudá-lo a integrar, a reencontrar a lusitanidade da qual, nesse sentido também, o Brasil é porta-voz. Estou igualmente contente de recebê-lo pessoalmente, Senhor Azeredo da Silveira, pois Vossa Excelência já é muito conhecido entre nós, aqui no Senegal. Após sólidos estudos jurídicos e econômicos, Vossa Excelência seguiu brilhantemente o "cursus honorum" e partiu do posto de Secretário de Embaixada para chegar ao de Ministro das Relações Exteriores. Como diz o poeta, é raro, mas bem o merece.

Estou certo de que sua vinda ao Senegal marcará um novo ponto de partida na sua política. Quando falei de comunidade afro-luso-brasileira, foi no entendimento de que seu papel não se limita à

América Latina; estende-se a toda a América, à Europa e à África. Hoje, em meio às dificuldades com que nos defrontamos, costumo sempre dizer que **os verdadeiros problemas não são econômicos e sim culturais**. A este respeito, o conhecido jornal francês "Le Monde" disse, com relação à viagem do Sr. Arafat a Nova York, que atualmente o novo fator étnico — e eu acrescentaria, cultural — é muito mais importante do que os fatores políticos. E Vossa Excelência tem plena compreensão deste fenômeno. A prova está em que **o Brasil vem traçando uma nova política no Atlântico**. Há muito tempo que nós, senegaleses, seguimos este pensamento; daí nossa cooperação e nosso dinamismo. E é nesse sentido que precisamos dinamizar essa política. Acrescente-se, também, que, neste mundo em que colocamos a ciência e a tecnologia a serviço das paixões, podemos dizer que **graças às contribuições da latimidade devemos manter a cabeça fria e sobretudo clara**.

Todas essas qualidades, Senhor Azeredo da Silveira, Vossa Excelência as possui, como aliás os brasileiros. É esta a razão pela qual é merecedor de uma nova promoção na Ordem do Leão. Outorgo-lhe, pois, a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Leão.

discurso de silveira

Senhor Presidente Senghor,

É para mim muito difícil encontrar as palavras adequadas não só ao meu agradecimento como também à altura das palavras de Vossa Excelência.

Nós, os brasileiros, sentimo-nos irmãos dos senegaleses tal como percebo idêntico sentimento por parte de Vossa Excelência com relação ao Brasil. Senhor Presidente, Vossa Excelência tornou-se, no Brasil, uma personalidade brasileira, por tudo o que fez pela África e por tudo o que fez pelo mundo e sua cultura. Nós o admiramos também por ter Vossa Excelência uma qualidade que creio ser única no mundo: um homem de pensamento, um intelectual, um poeta — a arte verdadeiramente mais difícil — veio a ser igualmente um grande homem da política de seu país, da África e do Mundo. Creio tratar-se de um caso único, Senhor Presidente.

Como Vossa Excelência sabe, fomos os herdeiros da Costa da Guiné. Guardamos, no Brasil, as tradições da Costa da Guiné, isto é, do Senegal. Temos especial afeição por esta parte da África, e é por este motivo, Senhor Presidente, que o Presidente Geisel disse, no dia mesmo de sua posse, que **o Brasil teria a mesma afeição e o mesmo interesse por seus vizinhos da América Latina e pelos da África.** Isto, Senhor Presidente, porque hoje **o Atlântico é uma fronteira que nos une e não uma barreira que nos separa.** Creio, aliás, que aprendemos a pensar desse modo ouvindo as palavras de Vossa Excelência. Quero agradecer muito sinceramente a Vossa Excelência as palavras tão generosas e tão profundas com que se referiu a minha pessoa, honrando-me com esta condecoração que ostentarei como título de africano. Vossa Excelência sabe que todos nós, brasileiros, somos um pouco africanos. Sentimo-nos africanos, pois temos uma personalidade muito forte.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

tecnologia e produtos brasileiros

Discurso de Azeredo da Silveira,
na inauguração do pavilhão brasileiro,
em 28 de novembro de 1974

na feira de dacar

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

A honra que tive em poder acolher o convite que me foi feito para visitar oficialmente o Senegal, soma-se agora o prazer de inaugurar o pavilhão do Brasil na I Feira Internacional de Dacar. Seria ocioso discorrer sobre a importância que reveste a iniciativa do Governo senegalês, hoje concretizada, de fazer celebrar esta Feira Internacional, cuja importância é reconhecida por todos. Diria, apenas, que a Feira de Dacar é mais uma demonstração da operosidade do povo e do Governo deste país, voltados que estão, como o Governo e o povo brasileiros, para essa missão que é, a um tempo, um objetivo e um desafio: o desenvolvimento econômico-social de suas coletividades nacionais.

Tal desafio e objetivo constitui um traço a mais dentro das múltiplas afinidades que aproximam nossos povos e países. **O Brasil está empenhado, como já tive oportunidade de dizê-lo, em transformar os laços históricos e de amizade que o unem ao Senegal, as identidades patentes de pontos-de-vista quanto à realidade que nos cerca e as aspirações que nos são comuns, em fundamentos de uma renovada e concreta colaboração.**

Sem deixar de reconhecer certas dificuldades que ainda se antepõem à concretização das potencialidades evidentes que existem para nosso comércio recíproco, não quis o Governo brasileiro — nem poderia deixar de ser assim — faltar ao que entendeu como sendo de seu dever: participar, com pavilhão próprio, desta Feira Internacional de Dacar. E ora o faz com prazer.

A decisão política do Governo, quanto à participação, somou-se o concurso da classe empresarial brasileira, que aqui se encontra, com seus produtos e sua tecnologia — produtos e tecnologia que desenvolvemos em um meio tropical, como também o é o senegalês. Não se trata, é certo, de mostra que englobe a imensa gama de opções em que hoje se constitui a oferta brasileira de produtos de exportação. É apenas uma amostra, mas uma amostra que entendemos significativa. Nela

pusemos o melhor de nossos esforços, porque procuramos ter uma participação condizente com o empenho senegalês ao realizar esta Feira. Aqui estão nossos homens de Governo e de empresa. Faço votos para que, investidos dessa função de embaixadores *ad hoc*, saibam eles, contribuir para o estreitamento das relações que, em todos os campos, unem o Brasil e o Senegal. Com esse espírito, entrego ao público o pavilhão do Brasil na I Feira Internacional de Dacar.

Discurso
de Azeredo da Silveira,
no Instituto de Artes do Senegal, em 28 de novembro de 1974, em Dacar

arte brasileira de volta às origens primeiras

Seria temerário ensaiar em poucas palavras uma análise do que foi a contribuição africana à cultura brasileira. Nem é esse o meu propósito neste momento. O que desejo, sim, é patentear, de forma sucinta, mas clara, o apreço do Brasil pelas tradições africanas, o carinho com que cultiva a herança do ancestral negro, o terno sentimento da dívida que o brasileiro tem com relação à África.

Uma cultura, usada a palavra na sua acepção mais ampla, compreende toda a experiência acumulada por gerações, e se revela nas técnicas para fazer frente ao meio-ambiente e dele tirar o sustento, nos tipos de associação que nascem do trabalho comum, bem como nos reflexos mentais que, através das crenças, tentam interpretar a realidade. Na formação da cultura brasileira, a contribuição trazida da África, por seus filhos, deixou um indelével traço no processo de adaptação ecológica, no sistema associativo e na criação de costumes. A assimilação desses traços ocorreu de forma tão profunda que, às vezes, é difícil reconhecê-los. Vai desde a adoção de técnicas agrícolas às organizações das formas de trabalho; da seleção das espécies cultiváveis à culinária; da construção de abrigos à indumentária; das danças religiosas ao profano Carnaval; do canto popular à música erudita; da Mitologia à lin-

guagem. As culturas africanas transplantadas para o Brasil não só não abandonaram os descendentes africanos, como ainda perfilharam os rebentos de outras etnias, impondo seus padrões. Por muito tempo em nossa História, essa influência começou no berço de cada novo brasileiro, fazendo dele um ser afetivamente mestiço de africano, de indígena e de europeu. Graças a essa miscigenação cultural secular, o brasileiro é hoje rico de tradições, de sentimentos e de aspirações tão diversos, que estão na origem mesma de sua capacidade de viver intensa e criativamente.

Diante de influências tão complexas e profundas, impossíveis de serem medidas, formadoras de um caráter nacional e de uma personalidade básica, não seria cabível a enumeração dos traços culturais originários de tal ou qual cultura, desta ou daquela região africana. Apenas, no que tange ao Senegal, gostaria de lembrar que a vestimenta islamizada da mulher senegalesa, adotada pela baiana, transformou-se em traje típico da mulher brasileira e é usado toda a vez que se deseja representar ou rememorar o País, no Brasil mesmo ou no exterior.

Aqui estou para testemunhar, mais uma vez, o cáldo afeto que une o Brasil à África e o desejo de continuar a estreitar sempre o intercâmbio de

pessoas e de idéias, de que tanto já se beneficiou o meu país. Em reconhecimento do muito que sempre recebemos do Senegal no campo cultural, deixa o Governo brasileiro, em Dacar, um artista, o gravador Rossini Perez, e um "atelier" de gravura, que ora entrego ao Instituto de Artes onde, estou certo, o trabalho conjunto de brasileiros e

senegaleses será propício e criador, à altura das nossas tradições comuns. Nossa arte plástica é, como tudo mais no Brasil, profundamente devedora à influência africana. Com esse oferecimento, completa-se o ciclo, voltando, por assim dizer, a nossa técnica e nossa arte às suas origens primeiras.

Firmado
na Capital senegalesa
em 28 de novembro de 1974

comunicado conjunto sintetiza decisões e propósitos

O Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Azeredo da Silveira, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal, Assane Seck, presidiram, em 27 de novembro de 1974, uma reunião de trabalho de que participaram seus principais colaboradores.

Em 28 de novembro, assinaram, em Dacar, um comunicado conjunto no qual reafirmaram a adesão de seus respectivos Governos aos princípios de soberania e igualdade dos Estados, ao direito dos povos à autodeterminação, à independência e ao desenvolvimento. Enfatizaram, de maneira especial, sua repulsa a todas as formas de colonialismo e de discriminação racial.

Concordaram igualmente quanto à urgência de uma solução definitiva e justa para a questão do Oriente Médio, que leve em conta o direito do povo palestino à autodeterminação e à soberania. Reiteraram ser indispensável, para assegurar a paz e o desenvolvimento harmônico de todos os países, tornar efetivo o direito soberano de todos os Estados de disporem livremente de seus recursos naturais, inclusive nas zonas marítimas nacionais.

Manifestaram sua preocupação com a desigualdade que prevalece nas relações comerciais entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento e sublinharam a premência de que seja promovida a estruturação de uma nova ordem econômica e financeira mundial, na qual os países em desenvolvimento alcancem participação mais justa e equitativa.

Tomaram nota dos resultados da VI Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre

Matérias-Primas e Desenvolvimento, da Conferência Mundial sobre População (Bucareste), e da Conferência Mundial de Alimentos (Roma), e acentuaram a necessidade de uma coordenação mais estreita entre os países em desenvolvimento para que seus interesses nacionais sejam reconhecidos e efetivamente levados em conta pela comunidade internacional. A esse propósito, confirmaram sua participação na próxima Conferência de Dacar sobre Matérias-Primas (de 3 a 8 de fevereiro de 1975).

Examinando o processo de descolonização no continente africano, registraram com satisfação o ingresso da República de Guiné-Bissau na comunidade internacional e o estabelecimento, em 20 de setembro de 1974, do Governo de transição em Moçambique, como decorrência do Acordo que assegurará a plena independência daquele território em 25 de junho de 1975.

Em relação aos demais territórios ainda sob administração portuguesa, manifestaram sua firme confiança em que as partes diretamente interessadas concluirão acordos que permitam completa descolonização no mais breve prazo. Reiteraram igualmente seu apoio irrestrito à liquidação total do colonialismo no continente africano, assim como em qualquer outra parte do mundo.

Com o objetivo de fortalecer e ampliar os laços de amizade entre o Brasil e o Senegal, o Ministro Assane Seck e o Ministro Antonio F. Azeredo da Silveira consideraram em profundidade as relações bilaterais nos campos político, econômico e cultural.

Destacaram a necessidade de se preservarem, através da cooperação mútua, os valores culturais comuns aos dois países, bem como de se adotarem medidas tendentes à expansão do intercâmbio cultural, assim como a um maior conhecimento de suas respectivas instituições especializadas. Convieram em facilitar, dinamizar e diversificar o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Senegal. Com esse objetivo, o Governo brasileiro coloca à disposição do Governo senegalês créditos no valor de dez milhões de dólares norte-americanos para o financiamento da importação pelo Senegal de produtos manufaturados brasileiros. Registraram também, com satisfação, a intensificação dos contatos em nível empresarial e o interesse manifestado por estabelecimentos bancários em particular mais ativamente na intensificação desse intercâmbio. A esse propósito, concordaram em examinar acordos relativos ao fomento de investimentos e à cooperação no setor do turismo.

Conscientes da importância que revestem os fatos nas economias de seus respectivos países, decidiram recomendar que se conjuguem esforços no sentido de acelerar a exploração do minério senegalês e examinaram, com muito interesse, a possibilidade de sua exportação para o Brasil. Reconhecendo que a atual conjuntura internacional confere às atividades agrícolas crescente prioridade, salientaram a necessidade de intensificar a colaboração nesse setor, e assinalaram, em particular, a assistência técnica que vem sendo prestada pelo Brasil ao projeto de criação de uma

Escola de Agronomia no Senegal, bem como ao de perfuração de poços artesianos.

O Ministro Antonio F. Azeredo da Silveira informou, na oportunidade, ao Chanceler senegalês, que o Governo brasileiro, atendendo ao pedido do Senegal para que o Brasil colabore na edificação de um distrito industrial na cidade de Kaolack, se dispõe a oferecer o projeto dessa obra. Adiantou ainda que técnicos brasileiros chegarão ao Senegal num prazo não inferior a cento e vinte dias. Ao aceitar e agradecer esse oferecimento, o Ministro Assane Seck expressou ao Chanceler brasileiro a esperança de que, uma vez concluído o projeto dessa obra, o Governo brasileiro procurará, na medida de suas possibilidades, colaborar nos estágios subseqüentes de construção e equipamento da obra.

Concordaram igualmente quanto ao estabelecimento de uma Comissão Mista de Cooperação que, englobando todos os programas setoriais, permitirá uma melhor coordenação das relações entre o Brasil e o Senegal.

Sua Excelência o Senhor Ministro Antonio F. Azeredo da Silveira expressou sua grande satisfação pela acolhida calorosa e fraternal que lhe foi dispensada, e à sua comitiva; formulou seus agradecimentos a Sua Excelência o Senhor Ministro Assane Seck e, por seu intermédio, ao Governo e ao povo do Senegal.

O Chanceler brasileiro renovou o convite feito ao Chanceler senegalês para visitar o Brasil. O convite foi aceito com agrado.

Entrevista concedida pelo Ministro
de Estado das Relações Exteriores,
Antonio F. Azeredo da Silveira,
à Imprensa, Rádio e Televisão do Senegal,
em Dacar, em 28 de novembro de 1974

diálogo franco e aberto

Azeredo da Silveira — É para mim uma grande satisfação ter hoje este contato com a imprensa senegalesa. Antes de mais nada, quero reiterar aqui o que já tive ocasião de manifestar desde que cheguei: a incontestável impressão de progresso e de dinamismo que levarei do Senegal. Quero também salientar o especial prazer que me trouxe esta minha visita a Dacar, onde pude verificar, novamente, quão profundos e estreitos são os laços existentes entre nossos países e quanto de paralelo há nas nossas posições internacionais. Somos países moderados, mas países abertos ao mundo.

No caso do Brasil, sua política externa é baseada no que chamamos de “pragmatismo responsável”, no ecumenismo e num princípio que consideramos essencial: o princípio da não-intervenção nos assuntos internos dos outros Estados. Como resposta a esta posição brasileira, esperamos sempre, da parte dos outros Governos, o respeito recíproco. Achamos que essa é a base em que devem assentar as relações internacionais de nossos dias. Os Estados devem respeitar-se mutuamente, guardando toda a liberdade para conduzir os assuntos nacionais de acordo com as tradições históricas, o modo de vida e os objetivos nacionais.

Feita esta introdução, estou pronto a responder às perguntas que me quiserem formular, qualquer tipo de pergunta.

Rádio Senegal — Senhor Ministro: Vossa Excelência acaba de falar sobre o pragmatismo das

relações internacionais do Brasil. Conhecemos o relacionamento que une seu país a Portugal. Sabemos, igualmente, que Portugal está agora engajado numa política de descolonização, da qual decorreu a independência de Guiné-Bissau e, como o esperamos, decorrerá a independência de outros países, tais como Moçambique e Angola. Como vê Vossa Excelência o relacionamento do Brasil com esses futuros países da África e como encara a colaboração brasileiro-africana com esses países lusófonos, se assim posso me exprimir?

Azeredo da Silveira — De início, quero dizer que a política exterior brasileira é pragmática porque procura considerar a realidade internacional tal como ela se apresenta, e é responsável porque é ética. Em outras palavras, temos uma posição nacional de acordo com as nossas tradições e com a nossa maneira de viver. O pragmatismo não nos obriga a aceitar tudo; leva-nos, isto sim, a fazer um esforço para compreender tudo, o que é diferente. É preciso entender os outros, ter com eles laços de amizade, mas é preciso, também, conservar a autenticidade nacional. É o que o Brasil procura fazer.

A respeito de nossas relações com a África, o Presidente Geisel declarou, assim que tomou posse, que as duas prioridades da política exterior do Brasil seriam as relações com os países da América Latina e com os países da África. Saliente-se, no particular, que o Brasil se considera um país que, sendo muito latino-americano, é também um país africano. Temos uma enorme

população de origem africana que é completamente brasileira e que, de um modo geral, exerceu uma influência decisiva na mentalidade do brasileiro. Mesmo os que não são de origem africana, os que não têm sangue africano, absorveram, desde a infância, uma influência que lhes dá um caráter psicológico mestiço. Creio que isto é muito importante para o Brasil. Trata-se de um fato tão importante quanto difícil de apreender. As pessoas devem ir ao Brasil para compreender esse fenômeno. Do ponto-de-vista racial, temos uma mensagem a transmitir: não possuímos nenhum sentimento racista. A esta evidência tem de ser dada a importância de que se reveste. Daí decorre a convicção de termos, cada vez mais, laços ainda mais profundos com a África.

Por que escolhemos o Senegal para efetuar a primeira visita do Ministro das Relações Exteriores do Governo do Presidente Geisel à África, quando diversos outros países africanos também nos convidaram?

Se assim decidimos, é porque o Senegal ocupa, para nós, um lugar de destaque. Com efeito, a população brasileira de origem africana veio sobretudo do Golfo da Guiné. O que no Brasil chamamos de tradição guineense da nossa cultura afro-brasileira é, na verdade, herança de tradições principalmente senegalesas, que tanta influência tiveram e na qual se alicerçam os laços tradicionais que unem nossos países. O Brasil, aliás, estabeleceu relações com o Senegal desde que o Senegal conquistou sua independência. Há, igualmente, uma razão de especial importância, isto é, o fato de ter sido o Presidente do Senegal, o Presidente Léopold Senghor, quem melhor explicou, na nossa opinião, o papel que a África vai ter, e aliás já tem, e terá cada vez mais, nos assuntos do mundo inteiro. É também quem, com tanta clareza e profundidade, avaliou as relações da África com a Europa e com a América Latina, em particular com o Brasil.

Nesta nova fase da política exterior brasileira, tomamos a decisão de escolher a cidade de Dacar para transmitir nossa mensagem. E creio que ela foi bem clara: somos a favor da descolonização, não apenas na África, mas em todo o mundo. É importante salientar que somos contra a colonização em qualquer parte do mundo, inclusive na América Latina. Somos a favor da emancipação de todos os territórios sob domínio estrangeiro e, como disse antes, somos também anti-racistas. Creio que a cooperação entre o Brasil e a África dará frutos surpreendentes, pois não só temos algo para dar, como temos igualmente muito a

receber. Temos, pois, o espírito e a possibilidade de receber essa contribuição africana de maneira construtiva.

Não somos um país com um destino de ingerência nos outros. O Brasil faz enormes esforços para se desenvolver, mas o povo brasileiro é um povo simples, e tem um denominador comum muito forte: não é um povo pretensioso e não o será nunca. Nós — os países em desenvolvimento — sempre somos alvo da suspicácia dos países industrializados. Talvez por causa dos preconceitos existentes em relação à capacidade de sermos concretos e de termos a consciência das posições que defendemos. Nesse sentido, creio que o esforço que nós — países em desenvolvimento — devemos fazer é justamente o de dar um exemplo de racionalismo, de capacidade de trabalho e de força consciente. É, aliás, dentro deste espírito, que desejamos fazer na África tudo o que pudermos fazer, de acordo com as nossas possibilidades.

Rádío e TV do Senegal — Senhor Ministro: seu país tem sido até agora observador no Grupo dos Não-Alinhados. Pretenderá o Brasil tornar-se membro integral desse Grupo? Caso contrário, poderia Vossa Excelência indicar os obstáculos que se oporiam à entrada do Brasil no referido Grupo?

Azeredo da Silveira — Pergunta delicada. Meus parabéns. Vou seguir seu método, ou seja, vou usar de toda franqueza para lhe responder. Isto porque acho que é uma posição muito sã para os países em desenvolvimento. Encaramos a posição do Terceiro Mundo sobretudo como uma posição dos países em desenvolvimento. Por quê? Porque acreditamos que todas as nossas populações estão com pressa de crescer. A dificuldade de seus Governos é a de estar sempre em condições de poder responder a essas necessidades, tão essenciais.

No que diz respeito ao Brasil e o Grupo dos Países Não-Alinhados, devo dizer que nossas relações são ótimas e que o Brasil encontra-se sempre numa posição favorável à aprovação das propostas do Grupo. Esta é a nossa orientação e é, também, o que explica estarmos precisamente estudando a maneira de reforçar nossa representação junto ao Grupo dos Não-Alinhados.

Sobre o mesmo assunto, porém, fazemo-nos, no Brasil, a seguinte pergunta: estar no Grupo dos Não-Alinhados não será, talvez, uma forma de estar também “alinhado” com alguma coisa

e de maneira até mesmo demasiadamente automática?

Seja como for, estamos reexaminando esse tema e nosso pensamento corresponde a uma posição de abertura. De um modo geral, aliás, temos apoiado os projetos e as idéias dos países não-alinhados, na medida, é evidente, em que coincidem com nossos interesses nacionais. Não há um só país que renuncie aos seus interesses nacionais. O que se pode fazer é harmonizar os interesses nacionais. No caso do Brasil e de países da África, por exemplo, há uma enorme área de coincidência. Muito fácil é, pois, harmonizar os respectivos interesses nacionais. Mas, por outro lado, ocorrem exemplos de grandes dificuldades. Veja-se, por exemplo, o problema dos recursos naturais. Foi ele considerado pelos Países Não-Alinhados dentro de um enfoque tal como se o Grupo dos Não-Alinhados fosse um grupo de países desenvolvidos.

A característica essencial de nossos tempos é a de que os países em desenvolvimento começam a comandar seus recursos naturais. Este é um marco da mais alta importância. Na América Latina, ou na África, todos os recursos naturais eram controlados do exterior. Agora, esses recursos começam a ser comandados por nós. Não podemos aceitar a idéia de que não temos o direito soberano de explorar nossos próprios recursos, de que devemos consultar outros para saber se estamos autorizados a proceder a tal ou qual exploração. Se assim procedermos, mais adiante teremos que consultar também as superpotências. Não devemos simplificar as coisas. É preciso considerar o fato dentro de sua complexidade. É preciso, igualmente, estar muito atento para o perigo dos grupos de pressão: simplificar os problemas que são, na sua essência mesma, complexos. Digo-lhes isso com toda sinceridade. É muito perigoso simplificar o que é complicado. Conheço o problema da África, creio conhecê-lo. Sei perfeitamente que sob o manto da solidariedade há uma enorme quantidade de posições diferentes que nós, brasileiros, compreendemos. Isto porque participamos da intimidade da África. E é nesse mesmo espírito que peço aos africanos entender as diferenças que temos em nossas regiões na América Latina. A realidade latino-americana não deve ser simplificada aos olhos africanos. Sem essa compreensão, a África será estranha à América Latina. A África deve, ao contrário, entrar na intimidade dos problemas latino-americanos para saber analisá-los e para ter posições de verdadeiro afeto e solidariedade, frutos

da compreensão íntima dos problemas e nunca decorrência de simplificações superficiais.

Le Soleil — Senhor Ministro: outro dia, no aeroporto, Vossa Excelência se felicitou de que o Brasil tivesse conseguido uma mistura muito feliz de povos. Ainda há pouco, disse que não era racista. Gostaríamos então de saber como pode o seu país manter relações diplomáticas com a África do Sul, que sustenta o "apartheid" como doutrina?

Azeredo da Silveira — O Brasil é visceralmente contra o "apartheid". Achamos que o "apartheid" é uma aberração, uma atitude contrária a todos os valores humanos mais essenciais. Os sentimentos mais profundos do ser humano são contra o "apartheid". Manifestei-me nesse sentido, aliás, e de forma muito clara, no discurso que pronunciei na Assembléia Geral das Nações Unidas, este ano, ao abrir o debate geral. Posso reafirmar que fui muito claro.

Mantemos relações com a África do Sul, é verdade. Temos ali uma Embaixada, porém sem Embaixador. Lá se encontra, apenas, um Encarregado de Negócios. Sei que o Brasil foi acusado de ter elevado a Embaixada sua Legação na África do Sul. Se assim ocorre, é porque o Brasil não mais possui Legações, forma de representação diplomática que está em vias de extinção no mundo inteiro. O próprio Senegal, se não me engano, não mantém Legações. O Brasil seguiu esta tendência universal e transformou as Legações que ainda mantinha em Embaixadas. O que houve foi uma atualização diplomática institucional.

Nossas relações com a África do Sul são, diria eu, corretas, porém não estreitas. Quem as qualificar de outra forma estará cometendo, aí também, o grave erro da simplificação.

Reconheço, e sem hesitações, que o Brasil teve que pagar um preço pelos laços de amizade que o ligam a Portugal. Da mesma forma, muitos países africanos pagam um preço de acordo com o grau de suas relações com as antigas metrópoles.

Há que entender, porém, o sentido das nossas relações com Portugal. Portugal é muito menor que o Brasil. Nunca tivemos relações de subordinação a Portugal desde nossa independência. Não temos nenhum elo econômico que nos prenda a Portugal. Não somos satelitizados por Portugal. Nunca o fomos. Nutrimos, isto sim, uma afeição toda especial por Portugal, porque tivemos com Portugal uma experiência singular. Foram os

próprios portugueses que nos deram as condições para a independência porque Napoleão invadiu Portugal e a Coroa portuguesa transferiu-se para o Brasil. Todos os direitos de Nação foram então dados ao Brasil, pois era do interesse de Portugal. Creio ser o Brasil o único país do mundo que passou por essa experiência, muito construtiva para nós, aliás. A este propósito, creio também que todos os africanos reconhecem nos portugueses uma qualidade: não serem racistas. Podem ter outros pecados, mas não o do racismo. Nós, brasileiros, muito devemos a Portugal. Creio ser o Brasil o único país novo de grandes dimensões onde se fala uma única língua, de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Este é, sem dúvida, um extraordinário fator de unidade, que devemos a Portugal. Guardamos um sentimento de gratidão pelas várias coisas que Portugal fez no Brasil, mas, como já disse antes e repito agora, somos totalmente a favor da descolonização.

Sentimo-nos muito felizes, nesse sentido, por termos reconhecido Guiné-Bissau de pronto e até mesmo antes de Portugal. Estamos igualmente muito contentes de ver que Angola caminha em direção à sua independência e que Moçambique já tem um Governo de Transição até alcançar sua plena independência. Acreditamos que esse processo vai continuar, da mesma maneira que cremos que a responsabilidade essencial do processo está nas mãos da população de Angola e de Moçambique, assim como esteve nas mãos da população de Guiné-Bissau. Nosso pensamento é de que essa vontade dos povos deve ser respeitada e não pode ser subordinada a outros interesses. Esta é a posição do Brasil.

Agência de Imprensa Senegalesa — Senhor Ministro: Vossa Excelência acaba de passar alguns dias aqui, onde teve ocasião de se entrevistar com o Presidente da República e com outros membros do Governo senegalês. Poder-nos-ia dizer, em primeiro lugar, quais suas impressões sobre o Senegal? E, em segundo lugar, quais os resultados concretos dessa visita? Sabemos que Vossa Excelência veio com a intenção de trazer a contribuição do Brasil ao desenvolvimento do Senegal. Em que medida?

Azeredo da Silveira — Minhas impressões sobre o Senegal? Para minha mulher e para mim esta visita ao Senegal é uma espécie de sortilégio. Sentimo-nos, o tempo todo, como se estivéssemos na nossa própria casa, em alguma parte do Brasil.

Minha vinda a Dacar foi para mim uma experiência extraordinária. Aqui muito aprendi. Entrei na intimidade dos sentimentos africanos, já que talvez seja este o destino do Senegal: o de ser um país universal, um país de cultura, um país de pesquisa. É também um país de gente que tem a necessidade intelectual de participar dos grandes problemas universais. Um país que já absorveu as contradições que tivemos no Brasil: as contradições tribais, as contradições dos que vieram de várias partes da África e do Mundo. O Senegal pôde fazê-lo, e por isso tem hoje uma visão universalista. Mas, creio, que até mesmo os problemas africanos e regionais, tão complicados e com mecanismos tão sensíveis, são vistos pelo Senegal com olhos que têm, também, sua parcela de emoção. Temos todos o nosso grau de emoção, o que explica que não possamos ser exclusivamente racionalistas. Nem mesmo na linguagem corrente conseguimos nos destituir de toda e qualquer emoção. Quando falamos das coisas mais simples, há sempre um elemento emocional. O mesmo ocorre aqui com o povo senegalês. Mas, além disso, deve-se salientar que se trata de um povo especial: uma elite de gente com os olhos abertos, capaz de compreender.

O Senegal vai ter uma enorme missão de paz e de compreensão a realizar na África, principalmente nesta parte da África, assim como no processo de emancipação dos territórios portugueses da África. Os senegaleses sabem, eu o constatei, que os problemas existentes hoje na África são problemas que foram resolvidos apenas em parte e por isso permanecem. É necessário ser realista, é preciso antever que, com a emancipação dos territórios portugueses, alguns desses problemas poderão ser reativados. Estou certo de que, em decorrência, o papel de países como o Senegal vai ter uma importância decisiva.

Os resultados concretos de meu encontro com o Presidente Senghor, que qualificaria de verdadeiramente extraordinário, são decorrência direta da absoluta franqueza com que Sua Excelência me falou. Os Senhores o conhecem bem. É um homem de uma racionalidade extraordinária, um homem de uma visão muito profunda. Disto estou convencido. Foi, aliás, o que tive ocasião de lhe dizer quando apresentei meus agradecimentos pela alta condecoração com que ontem me honrou. Lembrei-lhe que, em boa parte, lhe somos devedores da importância dos laços que unem o Brasil ao Senegal, e isto em decorrência de um fato insólito: creio que o Presidente Senghor é o único poeta que conseguiu ser um grande ho-

mem político. É uma combinação da qual não conheço nenhum outro exemplo.

Os resultados destas entrevistas, primeiro com o Senhor Presidente da República, segundo com o meu colega, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, meu caro amigo Assane Seck, foram muito importantes posto que falamos com total franqueza. Falamos, na verdade, como irmãos. Houve momentos em que tivemos de enfrentar divergências mas o fundamental é que os resultados dos nossos entendimentos estão aí para provar o quanto foram úteis nossas conversações. Esses profícuos e cordiais entendimentos caracterizaram também meu encontro com o Senhor Primeiro-Ministro

que me recebeu de regresso de uma longa sessão no Parlamento onde acabava de ler sua Mensagem, da qual estou levando o texto completo para meu Presidente, a fim de que possa conhecer o Programa de Governo do Senegal. Tenho certeza de que será certamente uma mensagem de grande alcance.

Em resumo, diria que o primeiro benefício desta visita é que ela produziu resultados concretos. No passado, estudamos demasiadas coisas. Fomos talvez muito ambiciosos. É possível que tenhamos feito promessas recíprocas que não podíamos concretizar a curto prazo. Daqui por diante será o contrário: vamos começar a fazer coisas.

Discursos do Ministro de
Estado das Relações Exteriores
do Brasil, Antonio F.
Azeredo da Silveira,
e do Ministro dos Negócios
Estrangeiros de Portugal, Mário Soares,
pronunciados no Palácio das Necessidades,
em Lisboa, por ocasião do banquete em
homenagem ao Chanceler brasileiro, em 2 de dezembro de 1974

silveira e soares examinam relações luso-brasileiras

discurso de azeredo da silveira

Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal,

A visita que ora faço a Portugal, atendendo ao honroso convite que me fez o Governo português, por intermédio de Vossa Excelência, tem um significado todo especial para as relações entre nossos Governos. É esta a primeira visita feita pelo Chanceler de um dos países ao do outro, no quadro das consultas regulares institucionalizadas pelos Acordos que nos unem, desde que em ambos se mudaram os dirigentes governamentais no início do corrente ano. É, assim, a primeira oportunidade que se nos oferece para uma ampla avaliação conjunta de nossas respectivas posições sobre os problemas capitais da atualidade e das nossas relações bilaterais, conforme interpretadas pelos homens que, no momento, dirigem os nossos países. E os resultados dessa análise cooperativa já os antecipamos de irrecusáveis benefícios.

Falar da amizade luso-brasileira, dos laços tradicionais que aproximam os dois povos, da natureza especial de nossas relações, é já uma difícil tarefa para quem quer ultrapassar o vocabulário dos lugares-comuns. Tudo já foi dito e redito, para louvar e relouvar a nossa intimidade, proclamada exemplar. Assim passamos, quase sem disso nos apercebermos, da descrição de nossas semelhanças

ao lirismo sobre elas; desse, ao ritual dos protestos de amizade e dessa liturgia declaratória ao mito da automática identificação de nossos sentimentos e objetivos.

mudanças substanciais

Os últimos anos viram em nossos respectivos países mudanças substanciais que representam alterações qualitativas na maneira de encarar e procurar resolver o problema do homem na sociedade nacional. No Brasil, a Revolução permaneceu viva e contínua. Não nos entrincheiramos num "thermidor" confortável e ambíguo. E esse tem sido o segredo de nossa capacidade de nos renovarmos, com continuidade de princípios, e de enfrentarmos, com agilidade e eficácia, os problemas contemporâneos a cada nova fase de nossa História.

Em Portugal, não é menor a transformação por que passa o País e, nesse quadro cambiante, é natural que os amigos que somos, brasileiros e portugueses, e que não queremos deixar de ser, continuemos a nos encontrar com frequência para, com serena determinação, trocarmos idéias, fazermos avaliações conjuntas e estudarmos possíveis caminhos para que a nossa solidariedade se exerça.

A vasta trama de identidades culturais e o substrato de História comum que nos une parece tornar inelutável a aproximação entre os nossos povos, mas essa aproximação será mutuamente profícua apenas na medida em que reflita, também, interesses nacionais convergentes.

rumos da política externa brasileira

Ao assumir o Governo do Brasil no mês de março último, o Presidente Ernesto Geisel definiu muito claramente os rumos e as prioridades da política externa de seu Governo. Como não podia deixar de ser, um papel relevante e especial foi dado ao nosso relacionamento com Portugal. Desde então, vem o Governo brasileiro reiteradamente explicitando que o nosso relacionamento com qualquer país deve fundar-se, da mais inequívoca maneira, nos princípios do direito de cada povo à autodeterminação e na obrigação irrestrita de não-intervenção de um Estado nos negócios internos do outro. Sobre essas bases, estamos dispostos a buscar, sem preconceitos, a cooperação com os países que repartam conosco essas diretrizes básicas, com vistas a identificar as áreas de coincidência, a ampliar as faixas de convergência e a reduzir, pela negociação, os pontos de divergência nas nossas políticas externas. Tais critérios constituem a norma geral para a atuação diplomática brasileira, que se desprende, assim, das expectativas de alinhamentos automáticos ou rotineiros. Aplicados às nossas relações com Portugal, esses critérios de validade geral revelam sua acurada pertinência. **Desde que saibamos respeitarmos-nos, uma avaliação desinibida e franca das conveniências e dos interesses nacionais dos nossos respectivos países revela que são inúmeras as convergências naturais entre nós e, por conseguinte, as possibilidades de cooperação entre nossos Governos.**

Por essas razões, estou certo de que serão de grande valia os resultados desta visita. Ao calor da amizade espontânea que une os nossos dois povos, sei que corresponde o desejo sincero de nossos Governos de ressaltar nossas afinidades naturais e nossos interesses nacionais convergentes.

Senhor Ministro,

No passado, quando brasileiros e portugueses nos encontrávamos, havia sempre nítido o sentimento

da unicidade da relação estabelecida pelo fato muito relevante de constituirmos, então, as únicas Nações de língua portuguesa no mundo. De há alguns anos para cá, porém, esse cálido sentimento que nos tornara espontaneamente fraternos vinha-se mesclando de crescente desconforto.

De uma parte, havia cada vez mais a consciência de que um irmão ausente se encontrava afastado do nosso diálogo, o irmão africano, de idioma luso, tão perto de nós, brasileiros, sob tantos aspectos. Confrangia-nos não lhe podermos estender a mão, dar-lhe compreensão e auxílio, nós que vivêramos, em outras eras, o drama que era e é ainda o seu, o de juntar à nacionalidade a soberania.

descolonização nos territórios africanos

Foi, pois, motivo de particular alegria para o Povo e o Governo do Brasil ver a decisão com que o novo Governo de Portugal — e o Brasil foi o primeiro a reconhecê-lo, permito-me lembrar aqui — encarou o problema da descolonização nos territórios de expressão lusa na África. Para o benefício de todos, formulamos nossos ardentes votos no sentido de que o processo de descolonização possa seguir o curso pacífico que lhe soberam dar, desde a Revolução de abril, tanto as autoridades portuguesas quanto os líderes dos movimentos de emancipação nacional nos diversos territórios sob administração portuguesa na África. Estamos certos de que essa via, no atual contexto das relações entre as partes envolvidas, conduzirá aos melhores e mais rápidos resultados, sobretudo para as populações africanas, que tão duramente sofreram ao longo de tantos anos de luta armada.

O Brasil se sente naturalmente solidário com as novas Nações africanas de expressão portuguesa. Não fazê-lo seria renegar sua própria realidade nacional. Se somos portugueses pelo sangue, também pelo sangue somos africanos. Nossos ancestrais são os mesmos ancestrais dos que, hoje se querem reunir a nós, como Nações livres na comunidade internacional.

Nunca será demais recontar essa inestimável contribuição portuguesa para a solução de um dos mais graves problemas que tem defrontado a Humanidade — o flagelo da discriminação racial. No Brasil, Portugal lançou as bases de uma sociedade multirracional aberta à mestiçagem a tal ponto que somos hoje, provavelmente, a mais larga população mestiça do mundo. Dessa mesti-

çagem nos orgulhamos, pois de nós fez o povo variado e rico que somos e nos permite sentirmo-nos autenticamente parte tanto das culturas lusa e européia, quanto das africanas.

Senhor Ministro,

Nestes dois dias de conversações, estaremos examinando, em conjunto, os principais aspectos das relações luso-brasileiras em todos os setores. Estou certo de que nossos entendimentos estarão marcados pela cordialidade que brota sincera entre nós. Formulo votos para que seja benéfico o nosso intercâmbio de idéias e para que dele saiamos mais enriquecidos pela compreensão mútua dos reais interesses de nossos países. Nossas conversações certamente revelarão quanto existe de permanente e de naturalmente convergente nas relações entre o Brasil e Portugal.

Por seu intermédio, Senhor Ministro, quero agradecer ao Governo português a oportunidade que me proporcionou de, mais de uma vez, sentir de perto a acolhedora hospitalidade do povo português. A esse povo, ao qual nos sentimos ligados, dirijo a mensagem de amizade do povo brasileiro.

Ergo minha taça em saudação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Francisco da Costa Gomes, e bebo pela paz e prosperidade da Nação portuguesa e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Excelentíssima Senhora Mário Soares.

Muito obrigado.

discurso de mário soares

Senhor Ministro das Relações Exteriores,
Senhora Azeredo da Silveira,
Senhores Embaixadores,
Senhores Ministros, Excelências,

Desejo saudar Vossa Excelência em nome do Governo português, ao recebê-lo em Portugal dentro da já longa tradição de encontros anuais entre os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

O Portugal renovado que Vossa Excelência veio encontrar nasceu de um movimento militar que interpretou o profundo sentir da alma coletiva do povo e que está a trabalhar afincadamente para a construção de um país livre e democrático,

onde sejam respeitados os direitos inalienáveis da pessoa humana e as liberdades fundamentais e onde impere a Justiça Social.

O 25 de abril surgiu como um movimento espontâneo e autêntico do "Povo em Armas", para restituir a Portugal a sua verdadeira imagem e levar o seu povo ao culto dos valores internacionalmente consagrados do humanismo, da liberdade e da justiça social. Libertou Portugal dos sonhos irrealistas de um colonialismo estéril, e devorador das suas próprias energias, abriu-se de novo à convivência fraterna com todos os povos, de que um período obscurantista e retrógrado o tinha perigosamente afastado. **Com decisão e com coragem Portugal procura agora integrar-se no mundo complexo do nosso tempo.**

As Forças Armadas portuguesas, secundando a luta sem tréguas promovida durante anos e anos, pela resistência dos militantes portugueses da liberdade, forjaram ao longo de treze anos de guerras coloniais uma nova consciência cívica. Foi essa nova consciência cívica — fenómeno coletivo que é extremamente original e tem causado a admiração de observadores estrangeiros — que numa madrugada de esperança os levou a interpretar a vontade do povo português, pagando com a nova liberdade reconquistada a dívida contraída para com o povo em maio de 1926.

Senhor Ministro,

É sabido que Portugal se encontra a braços com tarefas ingentes herdadas de uma situação trágica que recebemos dos Governos ditatoriais anteriores. Ao mesmo tempo estamos a procurar construir as estruturas sociais, económicas e políticas de uma autêntica democracia pluralista prosseguindo a passos largos e firmes uma política irreversível de descolonização.

tarefas prioritárias

As três tarefas prioritárias da democratização do país, da descolonização dos territórios sob administração portuguesa e da reconversão económica de Portugal, exigem de todos grandes esforços para podermos corresponder aos anseios do nosso povo, que como todos os povos, deseja viver em paz, em justiça, em liberdade e, se possível, na prosperidade.

Para essa nova gestão chegar a bom termo, estamos a dar o melhor do nosso esforço e o entusiasmo dos nossos corações libertos. Estamos certos

de que os países amigos, e a quem nos ligam relações íntimas e fortes e duradouros laços, compreendem esse esforço de renovação e entendem o sentido exato de uma revolução em marcha, que por definição constitui um processo dinâmico. A impaciência que é em si salutar pode por vezes confundir-se com a precipitação ou com a ânsia exclusiva de satisfação do imediato, esquecendo-se que a construção de um país ultrapassa os desejos dos homens, tantas vezes condicionados pelo simples egoísmo, e tantas outras limitados por circunstancialismos exteriores.

As relações de amizade firme estabelecidas entre pessoas ou entre países têm como base o fato natural da diversidade e as regras do respeito mútuo.

realidade histórica irreversível

Sabemos, Senhor Ministro, que do outro lado do Atlântico contamos com a compreensão do Brasil a quem nos ligam fortes laços e identidades tão profundas que se consubstanciaram numa comunidade luso-brasileira autêntica que ultrapassa todas as formas e todos os textos. Essa comunidade, na sua essência intrínseca e espiritual, herança comum de um mesmo passado vivido no culto de idênticos valores morais, na língua comum, nas tradições que a singularizam, na definição jurídica que os homens são compelidos a ir-lhe atribuindo, é uma realidade histórica irreversível.

Essa comunidade, mesmo antes da sua realização cabal e última, existiu sempre como realidade intuitiva, não consciente e não racionalizada, no inconsciente coletivo dos nossos dois povos. É um substrato espiritual de tal modo forte que me atrevo a pensar que poderia sobreviver a todas as crises, a todos os afastamentos ideológicos ou políticos e a todos os alheamentos intencionais dos homens. Trata-se de algo que temos de vitalizar com as razões e os interesses incontestáveis que o mundo atual está a exigir de nós.

Esse sentimento de comunidade é tão constante entre o Povo brasileiro e o Povo português que o próprio programa do movimento das Forças Armadas o consagrou num dos seus pontos fundamentais de política externa ao decidir empenhar-se no "reforço da comunidade luso-brasileira em termos de eficiência prática".

Muito temos pois para realizar em comum e muito poderemos construir, brasileiros e portugueses, lado a lado, se soubermos manter a nossa unidade

essencial, alicerçada na admissão da diversidade e do respeito mútuo. Mormente nesta fase em que Portugal está a reconhecer o direito a que novas nações de expressão lusíada, saídas das suas antigas colônias, se insiram por direito próprio e com completa independência na comunidade internacional.

Senhor Ministro, não quero alongar-me mais, nem cansar Vossas Excelências com palavras desnecessárias. Mais do que as palavras, o calor da amizade que une o Brasil e Portugal está presente neste momento e para sempre.

Ao brindar pelas prosperidades do povo brasileiro desejo saudar o Presidente da República do Brasil, General Ernesto Geisel, e beber pelas felicidades de Vossa Excelência e Sua Excelentíssima esposa que tanto nos honram com a sua presença.

declaração conjunta assinada em lisboa, em 3 de dezembro de 1974

"Reafirmando a tradição dos encontros anuais, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio F. Azeredo da Silveira, visitou Portugal de 2 a 4 de dezembro corrente, a convite do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Mário Soares.

Durante a sua permanência, foi recebido por Suas Excelências o Presidente da República, General Francisco da Costa Gomes e o Primeiro-Ministro, Brigadeiro Vasco dos Santos Gonçalves, que lhe ofereceu um almoço na sua residência oficial.

O Ministro das Relações Exteriores avistou-se com o Senhor Ministro da Economia, Dr. Rui Vilar, com quem ventitou os problemas da cooperação económica luso-brasileira.

1. No decurso das conversações no Ministério dos Negócios Estrangeiros, os dois Ministros tiveram uma larga, franca e proveitosa troca de impressões sobre os principais problemas da situação política internacional e examinaram o estado atual das relações luso-brasileiras, tendo acordado medidas para o seu estreitamento.

2. Reafirmaram o carácter especial das relações luso-brasileiras decorrente dos laços históricos, culturais, lingüísticos e étnicos que unem os dois povos e concordaram, visando à coordenação de ações comuns no contexto da solidariedade e do espírito característico de uma verdadeira comunidade, em reforçar o mecanismo existente de consulta bilateral, dentro da mais estrita observância dos princípios do respeito mútuo e da não-intervenção nos assuntos internos da outra parte.

3. O Ministro português fez uma exposição sobre o programa da descolonização e a situação decorrente do nascimento de novos países de expressão portuguesa na África, tendo o Ministro brasileiro manifestado o seu apreço pela política realista, pelos resultados já conseguidos e pela contribuição que representam para a paz.

4. Concordaram na conveniência de um maior intercâmbio de informações, no que respeita às suas relações com outros países, particularmente no que se refere aos países em desenvolvimento.

5. No que respeita aos organismos internacionais, os dois Ministros acordaram em que as delegações dos seus países nos organismos e conferências internacionais mantenham estreito contato e se consultem em matérias de interesse comum.

6. Os dois Ministros examinaram a situação atual das relações econômicas entre Portugal e o Brasil à luz das alterações ultimamente verificadas em Portugal e no âmbito internacional. Nesse último campo, enfatizaram especificamente a necessidade de uma ação efetiva da comunidade internacional no sentido de superar as disparidades no desenvolvimento econômico dos Estados.

7. No domínio das organizações internacionais e da cooperação multilateral, constataram que existem preocupações e pontos-de-vista comuns, como recentemente se verificou em Roma, na conferência Mundial da Alimentação.

8. Examinando as questões relativas ao comércio e à cooperação econômica bilateral, trocaram impressões sobre o nível atual do intercâmbio, concordando em desenvolver todos os esforços para promover a sua substancial expansão.

9. Nesse sentido, concordaram em convocar, para o segundo trimestre de 1975, uma reunião da Comissão Econômica Luso-Brasileira, prevista no Acordo de Comércio, à qual atribuem o exame, entre outros, dos pontos seguintes: realização de investimentos mútuos, abertura de linhas de crédito recíprocas, complementação industrial, participação recíproca em projetos de infra-estrutura, fomento de empreendimentos privados conjuntos no exterior, ampliação do âmbito do Acordo Básico de Cooperação Técnica, cooperação nos domínios do turismo e da pesca, criação de zonas francas, transporte marítimos e aéreos e remessas financeiras.

10. Sem prejuízo do que precede, reiteram o seu interesse no prosseguimento da atividade do Centro Empresarial Luso-Brasileiro de Cooperação Econômica, que consideram complemento indispensável, em nível empresarial, da ação dos dois Go-

vernios no sentido do estreitamento das relações econômicas entre Portugal e o Brasil.

11. No campo da cooperação técnica, reconheceram os dois Ministros que deveria intensificar-se a aplicação do Acordo Básico, de 1966 — com observância, inclusive, de uma programação anual — nos domínios da engenharia hidráulica, da medicina tropical, da medicina física e de reabilitação, e da agricultura, em especial nos campos da pesquisa agrônômica e da economia florestal. Foi manifestado o interesse, ainda, pelas técnicas de alfabetização de adultos utilizadas atualmente no Brasil.

12. No que se refere à cooperação cultural, os dois Ministros concordaram em que, na próxima reunião da Comissão Mista, prevista no Acordo Cultural Luso-Brasileiro, a realizar-se em Brasília, se proceda ao estudo de novas formas de intercâmbio que permitam tornar reciprocamente melhor conhecidas nos dois países as culturas brasileira e portuguesa. Manifestaram, também, interesse em que os organismos competentes de cada país se empenhem em simplificar o processo de reconhecimento de títulos e diplomas expedidos, em favor de brasileiros e portugueses, por estabelecimentos de ensino do outro país. Na mesma ordem de idéias, decidiram considerar propostas tendentes a melhorar e ampliar o intercâmbio luso-brasileiro no setor do livro, incrementar as exposições de livros portugueses no Brasil e de livros brasileiros em Portugal, bem como promover o estudo, pelos organismos competentes, das medidas a adotar para esses fins.

13. Os dois Ministros registraram com prazer a aprovação, pela Academia Brasileira de Letras, da proposta de uniformização ortográfica da língua portuguesa, apresentada pela Academia das Ciências de Lisboa.

14. Examinaram com interesse novas formas de cooperação com vista à difusão do idioma português, em particular no que diz respeito à sua adoção como língua de trabalho nos organismos internacionais.

15. De harmonia com a tradição dos encontros anuais entre os dois Ministros, o Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil convidou o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal para visitar o Brasil no ano de 1975, convite este que foi aceito com o maior prazer.

Finalmente, e no espírito dos acordos bilaterais entre o Brasil e Portugal, os dois Ministros reconheceram a utilidade das visitas recíprocas entre os Chefes de Estado.

Itamaraty, intérprete fiel das aspirações comerciais brasileiras

Discurso do
Ministro Paulo Tarso Flecha
de Lima, Chefe do Departamento
de Promoção Comercial do
Ministério das Relações
Exteriores, no II Encontro
Nacional de Exportadores, no Rio de Janeiro, em 1.º de outubro de 1974

Acompanhando, desde a sua fundação, o trabalho benéfico que a Associação de Exportadores Brasileiros vem desenvolvendo em favor do desenvolvimento econômico do País, em especial na criação de uma consciência exportadora no meio empresarial brasileiro, foi com imenso prazer que recebi o convite do Senhor Giulite Coutinho para discorrer, neste II Encontro Nacional de Exportadores, sobre as atividades e planos do Ministério das Relações Exteriores no campo da promoção comercial.

Desde 1961, no âmbito federal, o Itamaraty é o órgão encarregado de coordenar as atividades de promoção comercial no exterior. Essa incumbência lhe foi conferida após as profundas modificações estruturais na economia brasileira, decorrentes da ampliação e diversificação da oferta nacional de manufaturados e, posteriormente, da crescente e cada vez mais profunda integração do Brasil na economia internacional.

O Governo e o empresariado nacional, para quem o setor externo significava, fundamentalmente, alguns poucos produtos primários, foram ambos rapidamente obrigados a readaptarem-se às novas contingências, tendo de aparelhar-se para intensificar o apoio direto aos esforços de comercialização, mediante a adoção de métodos de trabalho mais sofisticados e ágeis, especialmente na busca de informações sobre oportunidades suscetíveis de serem aproveitadas pela economia brasileira. O Itamaraty tem procurado estar à altura desta importante responsabilidade que lhe foi conferida

e soube empreender, com a rapidez que a importância do assunto exigia, a necessária reconversão de sua estrutura, com vistas a ampliar sua capacidade de atendimento a um custo marginal, em termos de incremento da estrutura existente.

trabalho básico do mre

Dando um balanço nesta fase de reformulação de estruturas e métodos internos do Itamaraty e avaliando seus resultados, tenho certeza de que soubemos corresponder à tarefa que nos foi confiada — e, dentre os presentes, reconheço muitos empresários com quem temos trabalhado de maneira integrada em torno do objetivo nacional prioritário, que é o desenvolvimento econômico brasileiro.

É necessário lembrar aos Senhores que a atuação do Itamaraty não visa a substituir a dos empresários, à qual se soma. **Nosso trabalho básico é abrir caminhos, indicar rumos e despertar interesses em exportadores potenciais, apoiando, quando for o caso, atividades concretas de comercialização, que cabem essencialmente aos Senhores.** Mas nele há também uma outra faceta que se torna particularmente importante na conjuntura internacional que atravessamos e que está sendo caracterizada por um crescente abandono do princípio de livre comércio e por um aumento das restrições, tarifárias ou não tarifárias, que obstam o livre fluxo do intercâmbio entre os povos.

papel do agente governamental

Neste quadro de compartimentalização preocupante do comércio internacional, o **papel do agente governamental ganha em significação, pois passa a ser o veículo necessário a muitos pleitos e interesses meramente comerciais de exportadores brasileiros.** No plano das relações bilaterais do Brasil, o agente diplomático é também um intérprete fiel das aspirações comerciais brasileiras, sabendo colocá-las, com zelo e habilidade, no quadro do diálogo que necessariamente mantém com o Governo perante o qual está acreditado.

No plano multilateral, embora ainda muito aquém do que vimos desejando, já se obtiveram importantes vitórias conceituais, mercê de um esforço persistente e firme em prol da revisão das regras injustas que presidem o jogo do comércio internacional.

Nestas condições, a consciência da importância do papel do agente governamental no apoio à exportação ganha ainda contornos dramáticos pela mera recordação de que as dificuldades de colocação de produtos nos mercados externos crescem na medida em que aumenta, de modo premente, a necessidade de exportar para atendermos às nossas necessidades de crescimento e aos novos preços de uma conjuntura internacional em pleno realinhamento.

Assim, como elemento de vanguarda deste esforço integrado entre o Governo e empresários, o Itamaraty tem procurado ampliar e aperfeiçoar cada vez mais suas atividades, conforme procurarei demonstrar a seguir.

incremento das exportações

Conhecem os Senhores as linhas gerais do que vem sendo feito neste campo pelo Ministério das Relações Exteriores, sobretudo através de seu Sistema de Informações Comerciais, com a ampla divulgação de seus boletins padronizados de oportunidades de negócios e de concorrências públicas. Conhecem também a imensa tarefa que vem sendo desenvolvida no campo das promoções diretas, com a participação em feiras e a realização de exposições no exterior, a visita de missões de importadores estrangeiros ao Brasil e a assistência prestada, no exterior, aos empresários nacionais. Gostaria, contudo, antes de traçar-lhes em breves linhas os projetos a serem executados no ano de 1975, dar-lhes uma rápida visão numérica do que

foi feito de novembro de 1972 — ou seja, desde o I ENAEX — até hoje, com vistas a, **em estreita cooperação com os empresários brasileiros, abrir novas oportunidades de negócios que permitissem tornar efetiva a, talvez, mais crítica das variáveis da política nacional de desenvolvimento — o incremento das exportações — a níveis compatíveis com nossas necessidades de crescimento econômico e social.**

No citado período, 1.722 empresários brasileiros participaram das 67 Feiras e Exposições patrocinadas pelo Governo brasileiro, através do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, não incluídos, portanto, os certames realizados no Leste Europeu. Até o final do corrente ano serão realizadas ainda 14 mostras. Com base nas cifras de vendas fornecidas pelos próprios expositores, estimamos que para cada dólar investido pelo Governo neste programa foram gerados negócios da ordem de US\$ 52.62.

O Sistema de Informações Comerciais recebeu dos 91 postos que hoje integram sua rede de coleta de oportunidades de negócios, no período de janeiro de 1973 a julho de 1974, um total de 29.903 boletins. Esses boletins foram distribuídos diretamente pela Divisão de Informação Comercial do Itamaraty aos usuários do Sistema, originando cerca de dois milhões e setecentas mil cópias. Se considerarmos, ademais, a cooperação de diversas entidades de classe, que reproduzem, em circulares ou em suas publicações, as comunicações a elas dirigidas também diretamente, como receptores prioritários, pode-se constatar a capacidade de mobilização do Sistema, agora ainda mais aperfeiçoado pela adoção de mecanismo de distribuição segundo os oito dígitos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias.

Os dados relativos à revista "Comércio Exterior" falam também por si só. A revista atinge hoje seu vigésimo número, com uma circulação bimensal de cerca de 35 mil exemplares. Ao lado de artigos de orientação geral sobre determinados aspectos da comercialização internacional, acaba de ser introduzida uma seção sobre legislação estrangeira que tem motivado grande número de consultas de empresários nacionais.

Ainda no que se refere ao programa de publicações do Departamento de Promoção Comercial, foram publicados, no período de janeiro de 1973 até agosto último, 90 títulos nas três séries: "Como Exportar", "Mercados para o Brasil" e "Diversos", o que representa cerca de 360 mil exemplares distribuídos gratuitamente a todos aqueles interessados no assunto aqui tratado.

novos projetos

Ao lado de tudo isso, que constitui hoje atividade já sedimentada e que, portanto, com essa característica de atividade regular, continuará a ser feito em 1975, novos projetos deverão ser implementados no correr do próximo ano, dentro do Programa de Promoção Comercial.

O primeiro é o relativo aos "estudos estratégicos de mercado", que visam a fornecer bases essencialmente técnicas à estratégia da promoção e política comercial do Governo brasileiro no exterior, como instrumentos seguros de previsão, apoio e incentivo à ação empresarial brasileira nos mercados mundiais. No âmbito deste projeto, serão realizados estudos com base em coleta, análise e processamento sistemático de dados, de estudos e perfis de mercados externos, por setores e países ou áreas geográficas; serão realizadas pesquisas sobre o fluxo de exportação de bens e serviços brasileiros, especialmente a transferência de "know-how" e a prestação de serviços de consultoria e assistência técnica a países estrangeiros; serão preparados estudos sobre problemas específicos, no campo da estratégia da promoção comercial, surgidos em decorrência de variáveis não previsíveis da conjuntura internacional; serão levantados dados para formação de subsídios diretos e específicos para a adoção de medidas de ação governamental, visando a incrementar, diversificar, melhorar e adaptar qualitativamente o fluxo da exportação nacional.

Este projeto tem como elemento básico o chamado **Subprojeto Diretor**, que visa a identificar e selecionar produtos brasileiros não-tradicionais de exportação, efetivos ou potenciais, bem como estabelecer, a partir do levantamento da oferta, uma dupla matriz: em primeiro lugar, de produtos prioritários para mais de 100 mercados do mundo e, em segundo lugar, dos mercados prioritários para cada um dos produtos identificados na oferta brasileira.

Outro subprojeto — chamado **Estudos Específicos** — analisará, em profundidade, os mercados em determinados países, no tocante à comercialização de determinados produtos exportáveis, em função das prioridades desses mercados e produtos na exportação brasileira. Tais estudos deverão, em princípio, ser contratados junto a firmas de consultoria brasileira. Ainda outro dos subprojetos desta área é o denominado **Exportação de Serviços Técnicos**. Seu objetivo

é pesquisar as potencialidades oferecidas por certos mercados, em particular da América Latina, África e Oriente Médio para prestação de serviços técnicos por firmas brasileiras de consultoria, bem como o de fazer o levantamento da oferta brasileira nesse setor, incluindo o cadastramento completo das empresas nacionais que operam no campo nacional ou internacional. O subprojeto analisará as possibilidades de penetração dessas firmas brasileiras nos mercados selecionados, examinará a viabilidade da formação de "joint ventures" com firmas locais ou internacionais, bem como o estabelecimento de filiais locais de firmas brasileiras.

O último subprojeto é o denominado **Estudos Especiais Conjunturais**, voltado para problemas específicos que exijam redefinições imediatas na estratégia político-econômica do Governo, especialmente na orientação do fluxo exportador.

Outro dos grandes projetos a serem implementados em 1975 é o de **Reorganização das Unidades do Sistema de Promoção Comercial do Itamaraty no Exterior**. Tem como objetivo aumentar a produtividade do Sistema de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores no apoio ao esforço brasileiro de exportação; ajustar sua escala organizacional às novas solicitações do comércio exterior brasileiro, determinadas pela súbita elevação dos custos de importação de produtos essenciais para o desenvolvimento do País e conseqüente imperativo de ainda mais acelerado crescimento da receita de exportação; e, finalmente, contribuir para a formação de especialistas em promoção de exportações, a fim de atender às necessidades do setor privado em pessoal qualificado para o exercício de atividades de comercialização externa.

No âmbito deste projeto, ao lado da reorganização administrativa e de métodos de trabalho das unidades no exterior, está a realização de ciclos de treinamento de especialistas em promoção comercial, com estágios no Brasil e no exterior.

promoções diretas. informação comercial

No que se refere a **promoções diretas**, existe programada uma grande expansão e um ainda maior aperfeiçoamento da participação brasileira em mostras no exterior, além de estar sendo preparado um dinâmico programa de visita de importadores estrangeiros ao Brasil. Em 1975, está

prevista nossa presença em cerca de 65 eventos e o patrocínio da vinda ao Brasil de 80 importadores estrangeiros.

Finalmente, no que respeita à **informação comercial**, posso antecipar um substancial incremento das nossas atividades, com o objetivo de divulgar no Brasil e no exterior informações de apoio à expansão das exportações brasileiras e à captação de investimentos.

Dentro deste projeto, será elevado a 110 o número de Missões diplomáticas e Repartições consulares operadoras do Sistema de Informações Comerciais. Esta ampliação representará a implantação definitiva e completa do Sistema, que passará a atuar com toda efetividade, deixando atrás uma fase considerada experimental que, não obstante, foi suficiente para provar toda sua importância. Mais mercados serão atingidos; maiores possibilidades de expansão das exportações brasileiras serão encontradas.

Conforme se vê, as novas atividades previstas para 1975 complementam aquelas que já vêm sendo exercidas regularmente e cobrem desde a pesquisa inicial de "quê exportar" e "para onde"

até a formação de técnicos em comercialização externa, passando por um amplo e bem definido programa de adaptação das unidades externas, seja no campo administrativo, seja no campo de seu funcionamento.

Espero, Senhores, ter-lhes dado um quadro sucinto mas claro do que se fez, do que se está fazendo e do que se fará em um futuro imediato para colaborar diretamente com os empresários brasileiros no campo do comércio exterior.

Toda esta atividade é exercida em benefício do exportador brasileiro. Assim sendo, é com grande interesse que esperamos as críticas construtivas, observações e sugestões da classe empresarial, cuja manifestação constitui a necessária realimentação criadora para a aferição da qualidade do nosso trabalho, a fim de nos colocarmos em condições de prestar-lhes serviços sempre mais eficientes e desempenharmos com rendimento a nossa parcela de responsabilidade no crescimento do setor externo da economia brasileira.

Muito obrigado.

relações diplomáticas

agrément

Foi concedido **agrément** aos seguintes diplomatas brasileiros:

Joayrton Martins Cahú, pelo Governo da República da Guiné-Bissau, como Embaixador em Bissau, em 4 de novembro;

Roberto de Oliveira Campos, pelo Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, como Embaixador em Londres, em 18 de novembro;

Sérgio Armando Frazão, pelo Governo da Espanha, como Embaixador em Madri, em 18 de novembro;

Manoel Emílio Pereira Guilhon, pelo Governo do Peru, como Embaixador em Lima, em 21 de novembro;

Frank Henri Teixeira de Mesquita, pelo Governo de Maurício, como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, com residência em Nairobi, em 28 de novembro;

Lauro Escorel Rodrigues de Moraes, pelo Governo dos Estados Unidos Mexicanos, como Embaixador no México, em 28 de novembro;

Murillo Gurgel Valente, pelos Governos do Estado de Baharain, do Sultanato de Omã, de Qatar e dos Emiratos Árabes Unidos, como Embaixador junto àqueles países, cumulativamente com a função, que já exerce, de Embaixador na Arábia Saudita, em 18 de dezembro de 1974.

designação de embaixadores brasileiros

Sérgio Correa Affonso da Costa para a Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas;

Manoel Emílio Pereira Guilhon para a Embaixada do Brasil em Lima;

Manoel Antônio Maria de Pimentel Brandão para a Embaixada do Brasil na Suécia.

intercâmbio cultural

cursos de pós-graduação no Canadá e na Holanda

Dentro do programa de intercâmbio cultural Brasil-Canadá e Brasil-Países-Baixos, os Governos canadense e holandês concederão, no ano acadêmicos 1975/1976, bolsas-de-estudo para cursos de pós-graduação para qualquer campo de estudo.

O Canadá oferecerá duas bolsas-de-estudo para graduados brasileiros para cursos de pós-graduação. Os cursos poderão ser oferecidos em universidades de língua inglesa ou francesa, devendo os candidatos apresentar suficiente conhecimento

de uma dessas línguas. Além do subsídio mensal de Cnd\$ 275, a bolsa em apreço oferece passagem de ida e volta aos estudantes selecionados. A Holanda, que oferece três bolsas-de-estudo, estabelece as seguintes condições para a candidatura: a) ter diploma de universidade ou escola superior; b) ter grau de bacharel ou equivalente; c) estudar em Conservatório ou Escola de Belas Artes; d) ter menos de 36 anos; e) falar e escrever perfeitamente um dos seguintes idiomas: holandês, inglês, francês ou alemão; f) pleitear uma estada mínima de 3 meses na Holanda. As bolsas oferecerão, entre outras vantagens, gratuidade de estudos, mensalidade de 850 florins e passagem de retorno ao Brasil.

relações comerciais

comissão mista brasil-hungria estuda incremento de relações bilaterais

Realizou-se em Brasília, de 7 a 9 de outubro de 1974, a 3.^a Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria, criada pelo Acordo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica de 1961, entre os Governos dos dois países. A Delegação brasileira foi chefiada pelo Ministro João Paulo do Rio-Branco, Chefe do Departamento da Europa do Ministério das Relações Exteriores, e a Delegação húngara, pelo Senhor István Kővári, Diretor-Geral do Departamento de Países em Desenvolvimento do Ministério de Comércio Exterior da Hungria, tendo sido recebida em audiência pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Fazenda e dos Transportes.

Durante as sessões da Comissão Mista foram examinadas atentamente as relações econômico-comerciais entre os dois países, nos últimos anos, bem como a situação atual do intercâmbio e suas possibilidades de incremento.

As duas Partes concordaram em que o intercâmbio ainda não atingiu os níveis desejáveis e recomendaram que se continue procurando aumentar e diversificar o comércio e que se desenvolva a cooperação no setor da produção. Reconheceram, ainda, que o sistema de pagamentos vigente nas relações econômicas bilaterais tem-se revelado satisfatório.

A Delegação húngara revelou que, de acordo com as estimativas das autoridades de seu país, as importações da Hungria de produtos brasileiros deverão atingir, nos próximos cinco anos, um total de 250 a 300 milhões de dólares, o que representa uma elevação considerável em relação ao último quinquênio. A Delegação brasileira reconheceu com satisfação o aumento das compras húngaras no setor privado nacional e manifestou interesse especial em exportar para a Hungria pneumáticos e câmaras-de-ar, artigos eletrodomésticos, ferragem sanitária, tubos e canos, têxteis e fios, vestuário, autopeças, produtos siderúrgicos, calçados, tabaco, sementes oleoginosas, óleos de mamona e oiticica, minério de ferro, frutas frescas e enlatadas, sucos de frutas, conservas de carne e café solúvel.

Foi assinado no Ministério da Fazenda, com a presença do titular daquela Pasta, um convênio entre a Hungarotex (Companhia de Comércio Exterior para Têxteis) e a COMEXPORT (Companhia de Comércio Exterior), objetivando compras húngaras de produtos têxteis brasileiros, da ordem de US\$ 10 milhões por ano, durante um período de cinco anos.

Durante a Reunião da Comissão Mista, procedeu-se particularmente, através da formação de sub-grupos, ao exame das possibilidades de comércio existentes em três setores: equipamento ferroviário, material escolar e equipamento portuário.

Quanto ao primeiro item, a Parte brasileira manifestou interesse em adquirir máquinas-ferramenta, material para serviço de reparos, bem como equipamento de sinalização e locomotivas. Foram também examinadas as possibilidades de cooperação húngara em diversos campos do programa de desenvolvimento das ferrovias brasileiras. Com relação a material escolar, as duas Partes estudaram as importações de equipamento húngaro desse gênero e as possibilidades de novos convênios. Finalmente, no que se refere a equipamento portuário, concordou-se em desenvolver contatos para discutir a participação húngara no programa de reaparelhamento dos portos brasileiros e examinou-se a possibilidade de novos fornecimentos de guindastes húngaros ao Brasil.

As duas delegações concordaram em ressaltar a utilidade de novos métodos de cooperação econômica, tais como missões técnicas e comerciais, feiras e exposições. A Parte húngara ofereceu ainda ao Brasil cooperação no campo da indústria siderúrgica e propôs a constituição de uma Câmara de Comércio Brasil-Hungria.

Ambas as Partes reafirmaram a conveniência de proceder regularmente a reuniões da Comissão Mista, ficando decidido que a próxima reunião realizar-se-á em Budapeste, em data a ser marcada pelos canais diplomáticos.

ministro da indústria e comércio da bolívia visita o brasil

O Ministro da Indústria e Comércio da Bolívia, General Victor Gonzales Fuentes, esteve em visita a Brasília, entre os dias 13 e 18 de novembro de 1974, à frente de uma Delegação boliviana.

Acompanhado do Embaixador da Bolívia no Brasil, Senhor Marcelo Terceros Banzer, e do Engenheiro Roberto Capriles Gutierrez, Enviado Especial do Presidente Hugo Banzer, o General Fuentes foi recebido no dia 18, pelo Presidente Geisel, a quem transmitiu mensagem pessoal do Presidente da Bolívia.

Durante sua estada na Capital brasileira, o General Victor Gonzales Fuentes manteve conversações com o Chanceler Azeredo da Silveira, das Relações

Exteriores, o Ministro Shigeaki Ueki, das Minas e Energia, e o Ministro, interino, da Indústria e do Comércio, Paulo Vieira Belloti.

Aspectos dos problemas de transporte ferroviário e rodoviário da área abrangida pelo pólo de desenvolvimento industrial, a ser criado no Sudeste da Bolívia, foram examinados, bem como medidas relacionadas com a rápida execução do Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, assinado em Cochabamba, em 22 de maio de 1974. Uma reunião do Comitê Misto de Cooperação Econômica e Técnica, prevista no Artigo VII do Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, ficou decidida, ainda para 1974, com o fim de coordenar a execução dos estudos relativos aos empreendimentos de que trata o referido Acordo. A Delegação boliviana e autoridades financeiras brasileiras estão em vias de concluir as negociações dos termos e condições dos créditos concedidos aos dois países, nos montantes de US\$ 10 milhões (Artigo V do Acordo de Cooperação e Complementação Industrial), para a execução dos estudos de viabilidade técnica e econômica dos empreendimentos industriais e respectivas obras de infra-estrutura do pólo de desenvolvimento industrial do Sudeste da Bolívia, e de US\$ 50 milhões, na forma de contribuição brasileira, para a constituição do Fundo de Desenvolvimento Nacional da Bolívia.

feira de santiago. banco do brasil financiará vendas de mercadorias

Realizou-se de 31 de outubro a 17 de novembro de 1974, no Chile, a 12.ª Feira Internacional de Santiago, com a participação de expositores brasileiros. Contando com uma área coberta de 6.000 m², o pavilhão do Brasil recebeu noventa e três empresas representativas dos mais diversos setores da indústria nacional. O Banco do Brasil, segundo anunciou oficialmente a CACEX, financiará a venda de todas as mercadorias expostas. Estuda-se a possibilidade de concessão de crédito suplementar da ordem de cinquenta milhões de dólares para o financiamento de operações contratadas durante a exposição.

"O importante e fundamental é procurar explicitar as convergências tácitas e maximizar o produto das negociações inspiradas no interesse nacional das partes, uma vez que os tratados só são realmente estáveis e duradouros na medida em que representam a harmonização de posições, condição imprescindível à perenidade dos pactos" — Azeredo da Silveira, em Assunção, após a assinatura de Convênios entre o Brasil e o Paraguai

**acordo básico de cooperação
educacional, científica e cultural
entre o Brasil e o Paraguai**

Feito na cidade de Assunção, em 17 de outubro de 1974

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, animados do desejo de alcançar uma aproximação maior entre seus povos e de contribuir para uma efetiva integração entre os dois países, no intuito de atualizar os instrumentos jurídicos bilaterais que regulam as suas relações culturais, a fim de adaptá-los às necessidades surgidas do crescente desenvolvimento dessas relações e da expansão das instituições que a elas se dedicam, resolveram celebrar um Acordo Básico de Cooperação Educacional, Científica e Cultural, e para esse fim, designaram seus Plenipotenciários, a saber:

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor Fernando Ramos de Alencar, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil; e

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Paraguai, Sua Excelência o Senhor Doutor Raúl Sapena Pastor, Ministro das Relações Exteriores.

Os quais, depois de haverem trocado seus respectivos Plenos Poderes, achados em boa e devida forma,

Acordaram no seguinte:

artigo I

As Partes Contratantes promoverão o conhecimento recíproco de seus valores culturais e artísticos, colaborando com as instituições consagradas à cooperação educacional, científica e cultural no Brasil e no Paraguai.

artigo II

As Partes Contratantes, através de seus organismos competentes, estimularão e promoverão a cooperação entre as instituições de nível superior dos dois países, intensificando o intercâmbio de professores e profissionais por meio de cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, assim como através de atividades de pesquisa científica.

artigo III

1. Dentro do programa bilateral de cooperação educacional, científica e cultural, cada Parte Contratante fornecerá à outra, anualmente, por via diplomática, uma relação de cursos de pós-graduação, de aperfeiçoamento e de treinamento profissional e de projetos de pesquisas científicas que realizará, indicando o número de bolsas a serem oferecidas.

2. A seleção dos candidatos às bolsas far-se-á através dos organismos indicados pelas Partes Contratantes e de acordo com as disposições legais vigentes em cada país.

3. Os brasileiros e os paraguaios beneficiados com essas bolsas, segundo os requisitos de cada país, ficarão isentos de quaisquer taxas ou gravames escolares.

artigo IV

1. Os programas de cooperação educacional, científica e cultural, a serem estabelecidos entre as duas Partes, poderão ser definidos, no que tange aos objetivos e modos de financiamento dos projetos e às instituições implicadas, em ajustes complementares a serem formalizados por troca de Notas.

2. Os professores e técnicos enviados por uma Parte à outra, para execução desses programas, gozarão dos mesmos privilégios e imunidades concedidos ao pessoal de assistência técnica da Organização das Nações Unidas.

artigo V

1. Cada Parte dará a conhecer, anualmente, por via diplomática, seu oferecimento concernente às áreas de estudo e do número de estudantes da outra Parte que poderão ingressar, sem exame de admissão, na primeira série de suas instituições de ensino superior, isentos de quaisquer taxas ou gravames escolares.

2. A seleção desses estudantes far-se-á através dos organismos indicados pelas Partes Contratantes e de acordo com as disposições legais vigentes em cada país.

3. Tais estudantes só poderão pleitear transferência para estabelecimentos congêneres de seu país de origem ao fim de um período mínimo de dois anos letivos, com a aprovação integral, respeitadas as disposições legais vigentes sobre a matéria em cada país.

artigo VI

Os diplomas e os títulos para o exercício de profissões liberais e técnicas, expedidos por instituições de ensino superior de uma das Partes Contratantes a naturais da outra, terão plena validade no país de origem do interessado, respeitadas as disposições legais vigentes.

artigo VII

1. A transferência de estudantes de uma das Partes para estabelecimentos educacionais da outra ficará condicionada à apresentação pelo interessado dos certificados de aprovação de estudos realizados, devidamente reconhecidos e legalizados pelo país de origem.

2. A revalidação e a adaptação dos estudos realizar-se-ão de acordo com as normas estabelecidas pela legislação do país em que os estudos tiverem prosseguimento, levando em conta a escolaridade e a correspondência dos programas de estudo.

3. Em qualquer caso, a transferência fica subordinada à prévia aceitação da instituição de ensino para a qual o estudante deseja transferir-se.

artigo VIII

As Partes Contratantes facilitarão reciprocamente a utilização dos meios de comunicação para a difusão dos diferentes aspectos contemplados no presente Acordo.

artigo IX

Cada Parte Contratante, de acordo com suas disposições legais vigentes, favorecerá o ingresso em seu território de filmes documentários, artísticos, educativos e turísticos, originários da outra Parte.

artigo X

Cada Parte Contratante facilitará, de acordo com suas disposições legais vigentes, a livre circulação de jornais, revistas e publicações de caráter cultural da outra Parte.

artigo XI

1. Cada Parte Contratante estimulará, através dos organismos oficiais competentes ou pelo sistema de co-edição, a tradução e publicação das principais obras literárias, técnicas e científicas de autores do outro país.

2. A importação de livros e publicações de qualquer das Partes, destinados a Bibliotecas e Centros de Documentação da outra Parte, estará isenta do pagamento de taxas e emolumentos consulares e da apresentação de certificados de origem.

artigo XII

Cada Parte Contratante facilitará, de conformidade com suas disposições legais, a admissão em seu território, assim como a saída eventual, de instrumentos científicos e técnicos, material didático-pedagógico, obras de arte, livros e documentos de caráter cultural que contribuam para o eficaz desenvolvimento das atividades compreendidas no presente Acordo, ou que, destinando-se a exposições temporárias, devam retornar ao país de origem, respeitadas, em todos os casos, as disposições que regem a proteção do patrimônio cultural de cada Parte.

artigo XIII

As Partes Contratantes se comprometem a colaborar para fazer respeitar a legislação brasileira e paraguaia relativa à proteção dos respectivos patrimônios histórico e artístico.

artigo XIV

1. Para velar pela aplicação do presente Acordo e a fim de adotar quaisquer medidas necessárias para promover o ulterior desenvolvimento das relações educacionais, científicas e culturais entre os dois países, será constituída uma Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia.

2. A Comissão Mista será integrada por representantes do Ministério das Relações Exteriores de ambos os países, do Ministério da Educação e Cultura do Brasil e do Ministério da Educação e Culto do Paraguai, assim como por membros da Missão Diplomática acreditada junto ao país em que se realize a reunião, e a ela poderão ser agregados os técnicos e assessores julgados necessários.

3. A Comissão Mista terá, entre outras, as seguintes atribuições principais:

- a) avaliar periodicamente o funcionamento do Acordo nos dois países;
- b) apresentar sugestões aos dois Governos com relação à execução do Acordo em seus pormenores e dúvidas de interpretação;
- c) formular programas de cooperação educacional, científica e cultural para aplicação e execução em períodos anuais ou plurianuais;
- d) recomendar aos seus respectivos Governos temas de interesse mútuo, dentro dos termos deste Acordo.

4. A Comissão Mista se reunirá alternadamente em Brasília e em Assunção, sempre que as Partes o julgarem necessário e, pelo menos, uma vez por ano.

artigo XV

O presente Acordo substituirá, na data de sua entrada em vigor, o Convênio de Intercâmbio Cultural celebrado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, em 24 de maio de 1957.

artigo XVI

O presente Acordo entrará em vigor trinta dias depois da data da troca dos instrumentos de ratificação, a efetuar-se na cidade de Brasília, e sua vigência estender-se-á até seis meses após a data em que for denunciado por uma das Partes Contratantes.

acordo comercial entre brasil e gana

Ratificado por Troca de Notas, do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil e do Embaixador de Gana no Brasil, em 30 de outubro de 1974

nota brasileira

Senhor Embaixador,

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, as autoridades brasileiras e ganenses competentes aprovaram, de conformidade com as respectivas formalidades constitucionais, o texto do Acordo Comercial entre nossos dois países, firmado em Acra, a 2 de novembro de 1972.

2. Ao confirmar os entendimentos a respeito mantidos por via diplomática, declaro que a presente Nota e a de Vossa Excelência, hoje recebida, determinam a entrada em vigor nesta data, do Acordo Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República de Gana, nos termos de seu artigo n.º XIV.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Antonio F. Azeredo da Silveira
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil.

nota ganense

Your Excellency,

I have the honour and pleasure to inform you that the Trade Agreement between the Republic of Ghana and the Federative Republic of Brazil which was signed in Accra on the 2nd day of November, 1972, has been duly approved and ratified in accordance with the appropriate Ghanaian constitutional procedure. The relevant Instrument of Ratification, duly signed and sealed, is herewith enclosed, which act enables the said Trade Agreement to come into effect today in accordance with the provisions of its Article XIV. I avail myself of the opportunity to renew to Your Excellency the assurances of my highest consideration.

Kofi Baah Aidoo,
Embaixador de Gana no Brasil.

convênio itamaraty-mec para a formação de filmotecas nas missões diplomáticas e repartições consulares do brasil no exterior

Aos 12 dias do mês de dezembro de mil novecentos e setenta e quatro, o Ministério das Relações Exteriores, por intermédio do seu Departamento Cultural, doravante denominado MRE/DC, representado no ato pelo Ministro de Estado Antonio Francisco Azeredo da Silveira, e o Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do Instituto Nacional do Cinema, doravante denominado MEC/INC, representado no ato pelo Ministro de Estado Ney Aminthas de Barros Braga, de acordo com as cláusulas abaixo, estabelecem o seguinte:

cláusula I — do objeto:

Visa o presente Convênio à formação de filmotecas nas Missões diplomáticas e Repartições consulares do Brasil no exterior, destinadas à promoção cultural, educacional e turística do Brasil.

cláusula II — das obrigações:

1. O MRE/DC obriga-se:

- a) a prestar ao MEC/INC a colaboração que se fizer necessária para a divulgação dos filmes;
- b) a fornecer a tradução dos textos dos filmes apresentados pelo MEC/INC;
- c) a arcar com as despesas de distribuição dos filmes às Missões diplomáticas e Repartições consulares do Brasil no exterior bem como as de frete, guarda e exibição dos filmes;
- d) a manter o MEC/INC a par das atividades a serem levadas a efeito no que tange ao assunto;
- e) a colocar à disposição do MEC/INC os negativos ou contratipos dos filmes perten-

centes ao seu acervo no Brasil que se possam enquadrar nas atividades de exibição desse Órgão no território nacional, correndo as despesas por conta do MEC/INC;

- f) a doar ao MEC/INC, em versão portuguesa, uma cópia de cada um dos documentários da série "Retrato de um País", realizados pelo Itamaraty, os já produzidos e a produzir;
- g) a responsabilizar-se pela manutenção e ampliação das filmotecas, correndo, às suas expensas, as despesas de cópiagem de filmes cujos negativos ou contratipos sejam colocados à sua disposição pelo MEC/INC.

2. O MEC/INC obriga-se:

- a) a sonorizar e copiar, utilizando os textos das versões espanhola, inglesa, francesa e árabe fornecidos pelo MRE/DC, os títulos do acervo do MEC/INC, até o valor de Cr\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil cruzeiros);
- b) a doar cópia, na versão portuguesa, de cada um dos títulos da lista anexa a este Convênio, com o objetivo de implantação de uma filmoteca educativa para exibição em Portugal e países africanos de expressão portuguesa.

cláusula III — dos prazos:

1. O presente Convênio terá duração de dois anos, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado se de interesse de ambas as Partes.

cláusula IV — disposições gerais:

1. As duas Partes atuarão em conjunto na seleção de filmes, indicando seus respectivos representantes e manifestando suas opiniões e sugestões quanto aos filmes que mais se adaptarem aos objetivos do presente Convênio.

cláusula V — do empenho:

A despesa do presente Convênio, na importância de Cr\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil cruzeiros) correrá a conta do elemento orçamentário 3.1.4.0 — 13.00.10 — Atividade 2.0.0.9/74, do Orçamento vigente, de cujo crédito foi deduzido, conforme empenho n.º 1.175, de nove de dezembro de 1974, em favor do Ministério das Relações Exteriores.

ANEXO

relação de filmes para implantação de filmotecas no exterior

arquitetura

- 1. Conventos no Nordeste; 2. Palácio dos Arcos; 3. Idade do Ouro.

artes plásticas

- 1. A Paixão segundo o Aleijadinho; 2. Arte Brasileira; 3. Roberto Burle Marx; 4. Artes Plásticas; 5. Volpi; 6. Frei Ricardo do Pilar; 7. Enquanto os Anjos Dormem.

biografia

- 1. Oswaldo Cruz.

cidades

- 1. A Cidade e o Tempo.

comunicação e expressão

- 1. A Máquina das Maravilhas.

educação

- 1. Salas de Aula do Brasil; 2. Novo Ensino; 3. O Mundo Novo; 4. A Criança e a Argila; 5. Programa de Ação Cultural; 6. Ensino do 1.º Grau; 7. Ensino do 2.º Grau.

educação moral e cívica

- 1. Bandeiras e Futebol; 2. Enfoque: Participação; 3. Olimpíadas do Exército.

esporte

- 1. ABC do Esporte.

história do brasil

- 1. Debrei: Aquarelas do Rio; 2. Fazendas Mineiras do Século XVIII.

indústria

- 1. Aço: Ontem, Hoje e Amanhã.

marinha

- 1. Imagens da Marinha.

realidade brasileira

- 1. Mar de 200 Milhas; 2. Transamazônica; 3. Amazônia, o Grande Desafio; 4. Nossa Gente Além do Trópico; 5. Na Véspera, o Domingo; 6. Você Sempre Encontra o Sol no Final do Caminho; 7. A Estrada e o Rio; 8. O Jangadeiro; 9. Projeto Rondon; 10. Em Defesa do Verde; 11. Pecuária nos Trópicos.

saúde

- 1. Vida com Saúde.

sociologia

- 1. Megalópolis.

aprovação e promulgação de acordos

Pelo Decreto-Legislativo n.º 90, o Congresso Nacional aprovou o texto da Convenção destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, firmado em Copenhague, a 27 de agosto de 1974, com o Governo da Dinamarca.

Pelo Decreto n.º 74.998, de 27 de novembro de 1974

foi promulgado o Acordo Internacional do Açúcar, concluído em Genebra, a 13 de outubro de 1973.

Pelo Decreto n.º 74.999, de 27 de novembro de 1974 foi promulgado o Convênio sobre Transportes Marítimos concluído com o Governo do Peru, em Lima, a 12 de abril de 1973.

Pelo Decreto-Legislativo n.º 87, o Congresso Nacional aprovou o texto do Acordo que estabelece um Programa de Intercâmbio de Jovens Técnicos, firmado em Brasília, a 24 de julho de 1974, com o Governo do México.

Do discurso do Ministro de Estado Azeredo da Silveira, no almoço oferecido, em 14 de novembro de 1974, em Brasília, ao General Vitor Gonzales Fuentes, Ministro da Indústria e Comércio da Bolívia, Chefe da Missão industrial que estudou os planos de execução do Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, assinado em Cochabamba, em 22 de maio de 1974

O Acordo de Cochabamba "significa, sobretudo, a articulação dos esforços e das vontades de dois países no planejamento e execução de um importante núcleo industrial. É, assim, um testemunho eloqüente de que, como bem afirmou o Presidente Ernesto Geisel, embora o desenvolvimento seja responsabilidade primordial de cada Estado, não se realiza por caminhos solitários e reclama, por isso mesmo, a colaboração leal das partes diretamente interessadas. A solidariedade e a cooperação de boa-fé, no plano internacional, são, dessa maneira, valiosos instrumentos do desenvolvimento de cada país, constituindo-se também em pressupostos básicos e testemunhos eloqüentes do acerto da doutrina da segurança econômica coletiva para o desenvolvimento.

O Brasil e a Bolívia têm, doravante, uma excepcional oportunidade de trabalho conjunto: o fiel cumprimento e execução do Acordo de Cochabamba. Ao concluir-se essa exemplar tarefa, que brasileiros e bolivianos levarão a cabo, irmanados em sua crença nos grandes destinos de nossos países, extensões consideráveis do Oeste boliviano e das áreas limítrofes brasileiras estarão, como acentuei, incorporadas à civilização industrial. Suas populações, por isso mesmo, se integrarão à categoria de agentes da História, pela sua atuação no desenvolvimento de suas respectivas pátrias, onde farão ouvir suas vozes e seus anseios no debate e execução das grandes decisões nacionais."

Do discurso do Ministro de Estado Azeredo da Silveira, durante o almoço oferecido ao Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho, Senhor Francis Blanchard, em 6 de dezembro de 1974

"O Brasil tem mantido com a Organização Internacional do Trabalho estreito, ativo e proveitoso relacionamento, que se estende por mais de meio século. Buscando sempre concretizar os ideais de bem-estar coletivo e justiça social que inspiram tanto a legislação brasileira quanto a Constituição da OIT, nossa cooperação tem sido leal e constante, atenta a novas idéias e a iniciativas que visem ao progresso da comunidade internacional."

"Terá Vossa Excelência ocasião de verificar como a face do Brasil se modificou desde o tempo em que lhe coube a tarefa de dirigir o Escritório Latino-Americano da OIT em São Paulo. As observações de Vossa Excelência, nos contatos pessoais e nas visitas que seu programa lhe proporciona, constituirão, por certo, um testemunho da nova realidade brasileira, em suas dimensões atuais de progresso ordenado. Pensamos que as agências especializadas das Nações Unidas podem convergir com nosso esforço. Delas esperamos a preciosa contribuição de quem aglutina experiências nacionais e tem meios de transformá-las em fatores de informação e estímulo para todos os países em processo de desenvolvimento, sem perder de vista que a cada um cabe escolher e percorrer seu próprio caminho.

Para tanto, seria útil que a OIT incrementasse sua colaboração em áreas de especial interesse para os países em desenvolvimento, como, por exemplo, a formação profissional, o treinamento da mão-de-obra, a prevenção de acidentes do trabalho e a melhoria das condições de trabalho do homem do campo. Condição necessária para a consecução de programas dessa natureza é manter uma visão realista que leve em conta as peculiaridades nacionais daqueles países, por certo distintas das que se encontram em nações industrializadas.

Cabe registrar que, com algum receio, vemos surgir aqui e ali, tendências a dar caráter excessivamente abstrato e universalista às convenções da OIT ou a descer, em alguns de seus textos, a pormenores próprios de regulamentos e mesmo de portarias administrativas. Ligeiras correções evitarão que se firme qualquer das duas tendências igualmente indesejáveis. Reconhecemos a nobreza dos propósitos e a importância das atividades da OIT. Justamente por isso preocupamo-nos a possibilidade de vir a Organização a desviar-se de seus objetivos para transformar-se em foro de debates de natureza geral, com prejuízo do tratamento objetivo de temas verdadeiramente trabalhistas e sociais. Recai sobre todos nós a responsabilidade de evitar que isto ocorra."

Do discurso do Ministro de Estado Azeredo da Silveira, por ocasião da assinatura do Convênio Itamaraty-MEC, sobre a criação de filmotecas brasileiras no exterior, em 12 de dezembro de 1974

Constitui este Convênio "mais um exemplo significativo da frutuosa cooperação do Ministério da Educação e Cultura e do Itamaraty, na difusão da cultura brasileira.

O êxito dessa colaboração mútua tem-se caracterizado em vários campos. Na educação, resultados altamente produtivos, para nossas relações com países amigos, especialmente na América Latina e na África, foram possíveis graças à assistência e às facilidades que o Ministério da Educação e Cultura proporciona aos bolsistas e aos estagiários estrangeiros em universidades brasileiras. Nos foros internacionais, de debate e de aprovação de programas de educação e cultura, essa colaboração recíproca revelou-se sempre valiosa para a nossa ação diplomática como, ainda recentemente, ocorreu durante a Assembléia Geral da UNESCO."

"Cabe a nós, com vistas à necessária divulgação da imagem do Brasil, fornecer, de maneira regular, informação adequada sobre a nossa atualidade e sobre o nosso patrimônio cultural.

A criação de filmotecas brasileiras, em nossas Missões diplomáticas, muito facilitará ao Ministério das Relações Exteriores sua tarefa de divulgação da verdade brasileira. A linguagem do cinema é, sem dúvida, a que fala ao público de maneira mais direta e eloqüente."

Do discurso do Ministro Ney Braga, da Educação e Cultura, por ocasião da assinatura do Convênio Itamaraty-MEC, sobre a criação de filmotecas brasileiras no exterior, em 12 de dezembro de 1974

"Ao firmar este Convênio com o Ministério das Relações Exteriores, creio realmente que se está dando um grande passo para o maior conhecimento do Brasil lá fora."

"O primeiro passo na aproximação entre as nações, assim como entre as pessoas, é, igualmente, o conhecimento, o confronto das atitudes perante a vida, a interpretação de idéias, a sintonia estética, a avaliação dos problemas comuns. Tudo isso está contido nesse programa."

"O apoio do Itamaraty evidencia mais uma vez a dinamicidade que se vem imprimindo nas representações brasileiras no exterior, possibilitando a efetiva aproximação cordial e produtiva entre as nações."

"Outro aspecto a ressaltar nesse Convênio é o que diz respeito à evidência do esforço conjugado que une também os dois Ministérios: o da Educação e Cultura e o das Relações Exteriores, já unidos para tantas outras atuações conjuntas, sempre visando o engrandecimento nacional."

1.º aniversário da independência da guiné-bissau

Do Presidente da República Federativa do Brasil, Ernesto Geisel, ao Presidente Luís Cabral, da República da Guiné-Bissau, em 9 de outubro de 1974

Na data comemorativa do primeiro aniversário da independência da República da Guiné-Bissau, em nome do povo brasileiro e no meu próprio, rogo a Vossa Excelência aceitar a expressão de minhas calorosas felicitações, bem como sinceros votos por sua felicidade pessoal e pela crescente prosperidade da Nação irmã.

Ernesto Geisel,
Presidente da República Federativa do Brasil

Do Presidente da República da Guiné-Bissau, Doutor Luís Cabral, ao Presidente da República Federativa do Brasil, General Ernesto Geisel, em 9 de outubro de 1974

Tenho o prazer de agradecer a Vossa Excelência os votos que nos enviou pela comemoração do Primeiro Aniversário de nossa República. É agradável para mim exprimir-lhe em nome do nosso povo, do Conselho de Estado e do Conselho dos Comissários e em meu próprio nome, os desejos sinceros de que a nova fase de nossa vida e consequente estabelecimento de relações diplomáticas entre nossos países venham abrir perspectivas às novas relações diplomáticas entre nossos países entre o povo irmão do Brasil e o nosso povo, unidos por laços de história, de cultura e de língua, fazendo votos pela sua felicidade pessoal e pelo progresso e felicidade do povo brasileiro. Queira aceitar Vossa Excelência a expressão de nosso sentimento da mais elevada consideração.

Luís Cabral,
Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau

16.º aniversário da independência da guiné

Do Ministro dos Negócios Exteriores da República da Guiné, Fily Cissoko, ao Embaixador Azeredo da Silveira, Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, em 9 de outubro de 1974

Em nome do povo e do Governo da República da Guiné e em meu nome pessoal, rogo a Vossa Excelência que aceite nossos vivos e muito sinceros agradecimentos pela mensagem de solidariedade que Vossa Excelência enviou por ocasião do 16.º Aniversário da Proclamação da Independência do nosso país.

Aproveitamos a ocasião para renovar os votos que formulamos para o fortalecimento, tanto de nossas relações, quanto de saúde de Vossa Excelência, assim como para o progresso e a prosperidade do vosso povo amigo.

Fily Cissoko,
Ministro dos Negócios Exteriores da República da Guiné

Do Presidente da República da Guiné, Doutor Sekou Touré, ao Presidente Ernesto Geisel, da República Federativa do Brasil, em 11 de outubro de 1974

Em nome do povo e do Governo da República da Guiné e em meu próprio nome, manifestamos a Vossa Excelência os nossos muito sinceros votos de agradecimento pela mensagem de solidariedade que nos enviou por ocasião da passagem do 16.º Aniversário da Proclamação da Independência do nosso país.

Aproveitamos a oportunidade para renovar os votos que formulamos para o incremento de nossas relações e para a saúde de Vossa Excelência, bem como para o progresso e a prosperidade de vosso povo amigo.

Sekou Touré,
Presidente da República da Guiné

falecimento do ministro dos negócios estrangeiros da arábia saudita

Do Presidente Ernesto Geisel, da República Federativa do Brasil, a Sua Majestade Faïçal Ben Abdel-Aziz Ben Abdel-Rahaman El-Faïçal al-Saud, Rei da Arábia Saudita, em 15 de novembro de 1974

Em nome do povo brasileiro e no meu próprio nome, desejo transmitir a Vossa Majestade e à família enlutada a expressão do meu profundo pesar pela morte de Sua Excelência o Senhor Omar al-Sakkaf, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino da Arábia Saudita.

Ernesto Geisel,
Presidente da República Federativa do Brasil

**Do Ministro das Relações Exteriores do Brasil,
Antonio F. Azeredo da Silveira, a Sua
Excelência o Senhor Mohamed Ibrahim Masaud,
Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino
da Arábia Saudita, em 15 de novembro de 1974**

Profundamente comovido pela notícia do falecimento
do meu muito estimado amigo e colega Senhor Omar

al-Sekkaf, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Rei-
no da Arábia Saudita, desejo expressar a Vossa Exce-
lência, em nome do povo brasileiro e no meu próprio
nome, minha mais sincera simpatia.

Antonio F. Azeredo da Silveira,
Ministro das Relações Exteriores do Brasil

brasil participará do II festival mundial de artes negras

O Brasil far-se-á representar no II Festival Mundial de Artes Negras, que se realizará em novembro de 1975, em Lagos, Nigéria.

A participação brasileira constará de uma grande exposição, "A África na Vida e na Cultura do Brasil", de caráter antropológico e artístico, com a função principal de ilustrar as relações históricas e humanas entre a África e o Brasil, as influências africanas na maneira de ser brasileira, as influências de retorno à África, e as correspondências culturais.

Artistas plásticos brasileiros, de origem ou temática africana, estarão representados.

Durante o festival, o grupo de Olga de Alaketu fará demonstrações ao vivo das principais modalidades de música e dança brasileiras de origem africana, incluindo danças rituais do "candomblé".

Livros especializados serão expostos e, no local, serão preparados e servidos pratos afro-brasileiros.

Estudiosos do assunto, como o Professor Pierre Verger e o etnólogo baiano Professor Waldeloir Rego, colaborarão com o grupo de trabalho para organização da participação brasileira, com assessoria do Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura.

O Professor Aloysio Magalhães, arquiteto e "designer" encarregar-se-á dos aspectos técnico-artísticos da exposição.

embaixador equatoriano condecorado com a grã-cruz da ordem nacional do cruzeiro do sul

Ao condecorar o Embaixador do Equador, Doutor Luiz Valencia Rodriguez, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no Palácio Itamaraty, em 10 de outubro de 1974, o Chanceler brasileiro, Azeredo da Silveira, ressaltou as coincidências de princípios existentes entre o Brasil e o Equador, no campo do Direito das Gentes. Condenou situações e práticas que possam dificultar a marcha dos Estados rumo à concretização de seus ideais e interesses, afirmando que, "no mundo de hoje, não podem perdurar situações e práticas susceptíveis de impedir ou mesmo retardar a consecução dos legítimos interesses dos Estados em racionalmente utilizar a plenitude de seus recursos para assegurar o processo de desenvolvimento e elevar o nível de vida de seus povos". O Brasil e o Equador, continuou, "uniram suas vontades na defesa do mesmo critério da soberania nacional sobre as duzentas milhas de mar territorial, adjacentes às suas respectivas costas". Para firmar e consolidar ainda

mais o conceito de vizinhança entre os dois países, Azeredo da Silveira propôs, como indispensável, a ampliação e aperfeiçoamento dos meios de comunicação entre o Brasil e o Equador. Manifestou sua ansiedade por ver inaugurada em curto prazo a ligação aérea entre Manaus e Quito, e implementado o projeto conjunto da Via Interoceânica que ligará o Atlântico ao Pacífico. Finalizando, o Ministro externou a sua crença na fraternidade existente entre os dois países, fortalecida pela realização de "obras tão grandes e duradouras".

Agradecendo a homenagem que lhe foi prestada, o Embaixador Luiz Valencia Rodriguez falou sobre as magníficas relações entre os dois povos, e sobre as promissoras perspectivas de ampliá-las. Ressaltou as realizações mais profundas da cooperação cultural equatoriano-brasileira, enfatizando as vantagens do Acordo de Intercâmbio Cultural e Científico, firmado em 1973, que vem beneficiando numerosos equatorianos, "graças às facilidades prestadas pelo Governo brasileiro". O Chanceler do Equador qualificou a Via Interoceânica de "realidade a curto prazo". Em sua despedida, disse compartilhar "com o povo brasileiro suas esperanças, como testemunha do progresso que se está desenvolvendo no país".

brasil e índia interessados em assegurar receita justa para exportações de matérias-primas

Ao receber o Ministro do Comércio da Índia, Professor Shri Debi Prasad Chattopadhyaya e sua comitiva, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 15 de outubro de 1974, o Ministro Shigeaki Ueki, das Minas e Energia, falando em seu nome, no do Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, e no de Severo Gomes, Ministro da Indústria e do Comércio afirmou: "Somos ambas grandes nações, compartilhamos muitos problemas inerentes à nossa condição de países em desenvolvimento e bem assim desejamos para nossos povos alcançar o mais rápido possível os benefícios do bem-estar econômico e social. Sua presença em nosso meio — assegurou — nos oferece excelente oportunidade para podermos examinar alguns problemas que são, para nossos dois países, de suma importância".

O Ministro Ueki ressaltou que o Brasil e a Índia "têm um interesse mútuo em assegurar receita justa e adequada para as exportações de matérias-primas. Esses e outros problemas semelhantes requererão estreita cooperação e, quando conveniente, ação conjunta. Na busca de fórmulas certas para essa cooperação", disse o Ministro, "devemos ter presente que resultados eficazes só poderão ser alcançados se todos os exportadores estiverem preparados para agirem unidos.

Em nossos esforços, tampouco, deixemos de levar em consideração as vantagens de enfoques positivos baseados antes em cooperação do que em confrontação com consumidores”.

Em sua opinião, o estreito entendimento entre os dois Governos poderá ser instrumento eficaz para se alcançarem esses objetivos e é dentro desse enfoque que, juntamente com os Ministros das Relações Exteriores e da Indústria e do Comércio, considera altamente significativa a visita do Professor Chattopadhyaya ao Brasil.

governo japonês condecora autoridades brasileiras

O Chanceler Azeredo da Silveira e outras altas autoridades brasileiras, Ministros de Estado e diplomatas, foram condecorados, em 16 de outubro de 1974, pelo Embaixador do Japão, Sr. Atsushi Uyama, em nome do Governo japonês. O Ministro de Estado Azeredo da Silveira recebeu a Ordem do Sol Nascente, e os outros agraciados, a Ordem do Tesouro Sagrado.

Ao entregar-lhes as condecorações e respectivos diplomas, o Embaixador Uyama agradeceu a recepção dispensada pelo Presidente Geisel, altas autoridades do Governo e povo brasileiro ao Primeiro-Ministro Kakuei Tanaka, por ocasião de sua visita ao Brasil. Em consequência, afirmou, “as relações de sólida amizade, de confiança mútua e cooperação amistosa entre os dois países, foram grandemente fortalecidas” e “serão certamente cada vez mais intensificadas daqui por diante”.

Agradecendo, em seu nome e no dos demais condecorados, o Chanceler brasileiro ressaltou o ânimo de cooperação ampla e constante existente entre os dois Governos. O Japão, afirmou, “tem surpreendido o mundo com o dinamismo de sua economia, com sua capacidade de renovação e de crescimento”. Também o Brasil, “entre os países em desenvolvimento, tem revelado uma vitalidade ímpar na abordagem e solução dos problemas característicos do desenvolvimento”. A conjugação de esforços dos dois países “não pode deixar, pois, de abrir perspectivas altamente promissoras” para os dois povos, que devem “explorar ao máximo as potencialidades” desse “fecundo relacionamento”, que se explica pelo “respeito mútuo que soubemos desenvolver — respeito pela nossa diversidade que nos enriquece, respeito pela nossa soberania, sem o qual nada de durável pode ser criado”.

brasil e espanha examinam possibilidade de ampliar relações bilaterais

Realizou-se em Brasília, de 11 a 14 de novembro de 1974, no Palácio Itamaraty, a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Espanha.

Durante os estudos, examinou-se, em profundidade, o estado atual das relações bilaterais e as amplas perspectivas de seu estreitamento nos mais diversos setores.

Foram criadas quatro subcomissões específicas, encarregadas do exame dos temas relativos a economia, finanças, comércio, relações culturais, cooperação téc-

nica e nuclear, e previdência social, que constituíram a Agenda da Comissão.

Constataram-se os crescentes níveis do intercâmbio comercial, que atingiu, em 1973, o montante de 400 milhões de dólares, cifra que poderá elevar-se, nos próximos anos, a 1 bilhão de dólares. Com esse objetivo, a Parte espanhola assinalou a conveniência da negociação, em futuro próximo, de um Acordo Comercial e de Cooperação Econômica que, criando o quadro jurídico necessário à dinamização das relações econômico-comerciais, venha a contribuir para corrigir o desequilíbrio na balança comercial entre os dois países.

A Comissão verificou a possibilidade da realização de consultas informais, visando à proteção das exportações de manufaturados brasileiros e espanhóis, mediante as políticas comerciais restritivas, adotadas nos países altamente industrializados. Do mesmo modo, tem a intenção de estabelecer um mecanismo de consultas informais relativo às Negociações Comerciais Multilaterais, em Genebra, ou, excepcionalmente, em qualquer dos dois países.

Com o objetivo de proporcionar maior apoio às transações econômico-financeiras, a Parte espanhola manifestou o desejo, reiterado pela Parte brasileira, de ver transformado em Agência, no menor prazo possível, o Escritório de Representação do Banco do Brasil em Madri.

A parte espanhola demonstrou, ainda, interesse em participar da III Fase do Plano de Expansão da Siderurgia Brasileira.

No âmbito da cooperação nuclear, ficou prevista, entre outros pontos, ampla troca de informações entre os organismos especializados dos dois países, bem como troca de especialistas, treinamento de técnicos, intercâmbio de “know-how” e assistência técnica.

Quanto à construção naval, analisaram-se as mútuas possibilidades de complementação, tendo ficado patente o interesse espanhol no fornecimento de pesqueiros e de materiais para a indústria de construção naval no Brasil. Coincidiram, ainda, as duas Partes na intenção de reatar, a curto prazo, as conversações sobre construção naval militar.

No campo da cooperação técnica, foram tomadas duas importantes iniciativas no terreno da formação profissional: a primeira refere-se à continuidade da assistência espanhola à Universidade do Trabalho, em Porto Alegre; a segunda consiste num programa a médio prazo para a concessão de elevado número de bolsas-de-estudo na Espanha para aperfeiçoamento de peritos, instrutores e administradores de diversos serviços e órgãos brasileiros na área do treinamento vocacional.

No mesmo nível de interesse colocaram-se os projetos sobre irrigação e luta contra as secas, caprinocultura, citricultura e inspeção de controle de qualidade de produtos agropecuários, assuntos em que a demanda brasileira de cooperação técnica corresponde a experiência e o conhecimento especializado espanhol.

No que se refere às relações culturais, a Comissão reconheceu a conveniência de fomentar a edição, intercâmbio e doação de livros e publicações; o intercâmbio de professores; a concessão de bolsas-de-estudo; a criação de novos leitorados; a organização de exposições; a promoção de atividades artísticas, cinematográficas e outras.

Estabeleceram-se critérios para a concessão bianual de dois prêmios: “Euclides da Cunha” e “Cervantes”,

para obras literárias inéditas, sobre temas relativos a um e outro países.

Com vistas ao reconhecimento de títulos e diplomas acadêmicos, foi manifestada por ambas as Partes a intenção de estudar a possibilidade de reunir técnicos em Brasília, durante o ano de 1975.

Foram assinados os seguintes acordos:

— Acordo Complementar ao Convênio de Cooperação Social para o Desenvolvimento do Programa de Aperfeiçoamento de Dirigentes, Instrutores e Peritos das Instituições Brasileiras de Formação Profissional;

— Acordo de Assistência Técnica Complementar ao Convênio de Cooperação Social entre o Brasil e a Espanha para Implementação da II Fase de Assistência Técnica à Universidade do Trabalho de Porto Alegre;

— Acordo Administrativo para a Aplicação do Convênio Brasil-Espanha sobre Previdência Social; e

— Convênio de Co-Produção Cinematográfica, que deverá substituir o que se encontra em vigor, firmado no Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1963.

Na sessão de encerramento da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Espanha, o Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, e o Embaixador da Espanha no Brasil, José Pérez del Arco, assinaram a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda entre os dois Países.

embaixador da áustria é agraciado com a ordem nacional do cruzeiro do sul

Ao condecorar com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul o Embaixador austríaco, Senhor Friedrich Hartlmayr, em 12 de dezembro de 1974, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, manifestou o apreço do Governo brasileiro pelo muito que o Senhor Hartlmayr soube fazer para o estreitamento das relações entre os dois países e pela contribuição para o desenvolvimento das relações econômicas austro-brasileiras. Ressaltou a visita de importante missão comercial austríaca em fins de 1973 e o fato de a Áustria, "dentre alguns países amigos auscultados", ter sido, nas palavras do Chanceler, o "que mais pronta e favoravelmente se manifestara interessado em participar no plano de expansão da siderurgia nacional, em condições mutuamente vantajosas. "Ao mesmo tempo", disse o Ministro, "o Brasil observa com satisfação a importância crescente das iniciativas austríacas no plano interna-

cional, sempre imbuídas de um alto sentido humanitário e de promoção do ideal da paz entre os povos". Concluindo, o Chanceler brasileiro afirmou: "Não poderia deixar de aqui mencionar o feliz encontro de um denominador comum a distintas correntes, em benefício da reunificação de famílias européias que a guerra e as mudanças sobrevindas no pós-guerra pareciam ter separado para sempre".

brasil associa-se às comemorações do sesquicentenário da batalha de ayacucho

O Brasil participou das comemorações do Sesquicentenário da Batalha de Ayacucho com uma sessão solene realizada no Palácio Itamaraty, em 5 de dezembro de 1974, à qual compareceram Chefes de Missão diplomática acreditados em Brasília e altas autoridades, civis e militares.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, em seu discurso de abertura, ressaltou a importância do feito histórico que consagrou, de modo decisivo, a independência dos países irmãos da América Latina, e afirmou não ter sido Ayacucho "apenas, em sua glória e seu heroísmo humanos, o símbolo da vitória que encerrou as guerras de independência na América do Sul. A estreita unidade de vistas e a íntima colaboração entre as nações irmãs que participaram daquela memorável batalha, unidas à conferência da origem comum de nossos povos e do prestígio da civilização latina, tudo isso contribuiu para formar o estado de espírito e a decisão política de que resultou, baseada nos princípios de autodeterminação e não-intervenção e no respeito e afeto recíprocos, a convivência harmoniosa e pacífica de nossos povos, intimamente unidos na defesa de seus foros de independência e de suas aspirações de desenvolvimento".

O Professor Américo Jacobina Lacombe, historiador e membro da Academia Brasileira de Letras, rememorou, em conferência, os principais fatos e episódios da Batalha de Ayacucho.

Em seu nome e no de seus colegas da Argentina, Chile, Bolívia, Peru, Equador, Venezuela e Panamá, o Embaixador da Colômbia, Victor G. Ricardo agradeceu a participação generosa e fraternal do Governo brasileiro na comemoração dos cento e cinquenta anos de Ayacucho, salientando que "es precisamente en nuestro origen, en la confianza en nuestro propio destino, en nuestra tradición heroica, en las gestas de la independencia, en donde encontraremos siempre fuentes de inspiración e impulso firme para alcanzar las metas de engrandecimiento espiritual y material de nuestras patrias".

índice

geisel fala à nação	
pronunciamento de fim de ano do presidente ernesto geisel	5
diplomacia e comércio: identidade de objetivos	
discurso do ministro de estado das relações exteriores antonio f. azeredo da silveira, no banquete oferecido pela associação comercial de são paulo e pelas câmaras de comércio estrangeiras	13
acordo brasil-bolívia, expressão de maturidade política	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, por ocasião da cerimônia de troca de instrumentos de ratificação do acordo de cooperação e complementação industrial entre o brasil e a bolívia	17
brasil e gana, novos pontos de convergência	
discurso de azeredo da silveira, por ocasião da ratificação do acordo comercial brasil-gana	19
unidade e organicidade nas relações brasil-paraguai	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, na troca dos instrumentos de ratificação do acordo básico de cooperação educacional, científica e cultural, entre brasil e paraguai	21
brasil e espanha iniciam etapa de maior cooperação	
discurso de azeredo da silveira, por ocasião do encerramento da I reunião da comissão mista brasil-espanha	23
não-intervenção, fundamento das relações entre estados	
declaração de voto do brasil, pronunciada em quito pelo ministro de estado das relações exteriores, na XV reunião dos chanceleres da organização dos estados americanos	25
potencialidade de comércio entre brasil e canadá	
discurso de azeredo da silveira, quando da visita do ministro da indústria e comércio do canadá, alastair william gillespie	29

